

# APONTAMENTOS SOBRE A INSTALAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE MANUFATURAS NO RIO DE JANEIRO IMPERIAL

## *LISTING OF POINTS RELATED TO THE ESTABLISHMENT AND DEVELOPMENT OF MANUFACTURES IN IMPERIAL RIO DE JANEIRO*

Artur José Renda VITORINO<sup>1</sup>

### Resumo

*O artigo pretende trazer um levantamento inicial sobre o número de trabalhadores existente nos artesanatos e nas manufaturas; o número de fábricas e de manufaturas por setor produtivo; a relação entre o número de escravos e de homens livres em cada fábrica e em cada manufatura e por setor de produção existente no Rio de Janeiro do século XIX. Nesse sentido, há de assinalar o quanto foi importante a tarifa alfandegária para o desenvolvimento manufatureiro nesse período.*

Palavras-chave: *História Regional; História do Trabalho; Trabalhadores; Rio de Janeiro (RJ) – História*

### Abstract

*The article aims to bring an initial account of the number of workers in handicraft and manufacture areas; the number of factories and manufacturers by productive sector; the relation between the number of slaves and free men each factory and by production sector in the 19<sup>th</sup> century Rio de Janeiro. In order to do that, it's necessary to emphasize how important the custom taxes were for the development of manufacture in that period.*

**Key Words:** *Regional History, Work History, Workers, Rio de Janeiro (RJ) - History*

O modelo de protoindustrialização proposto no início dos anos 1970, que visava servir como uma explicação da fase de transição do feudalismo agrário para o

capitalismo industrial, como um período de existência de manufaturas, começou, em anos recentes, a ser questionado. Após a descoberta de exemplos históricos

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de História, CCH-PUC-Campinas.

de desenvolvimento que não conduziram à industrialização baseada no sistema fabril, fez-se necessário ampliar o modelo de protoindustrialização<sup>1</sup>. Entre outros, L. A. Clarkson insiste que existiram muitos exemplos de atividades de transformação no campo e na cidade que eram relacionados à protoindustrialização enquanto uma tendência econômica geral em certas sociedades pré-industriais, apesar dessas atividades não constituírem uma fase inicial da industrialização plena, já que muitas vezes ocorriam um processo de crescimento de indústrias caseiras acompanhadas depois de um processo de desindustrialização.<sup>2</sup>

Nessa mesma revisão crítica e ampliação do modelo de protoindustrialização, os estudos de Maxine Berg também mostraram que a industrialização inglesa não foi um processo unidirecional e progressivo, numa evolução que caminhou do artesanato à grande indústria, pois que a indústria rural era comum em determinadas regiões inglesas desde o fim da Idade Média, e que as relações de trabalho e organização produtiva protoindustriais sobreviveram, coexistiram e tornaram-se um complemento valioso à bem-sucedida implantação do sistema fabril.<sup>3</sup>

E no Brasil? No início do século XIX, era muito comum nos jornais a seção de anúncios em que se publicavam desde a venda, aluguel ou a perda de um escravo que fugiu até a oferta de venda de uma fábrica. Em um desses anúncios, publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* de 27 de junho de 1821, podia-se ler:

“Quem quiser comprar duas Fabricas de Padaria; a saber: huma com 14 pretos padeiros, e com todos os trastes pertencentes á mesma fabrica, e outra sem pretos, mas com todos os trastes, com dous

fornos, prompta a trabalhar; que serve para recolher trigo, e farinha: quem ás quizer dirija-se á rua de S. Pedro N°27, a tratar com seu dono que he José Joaquim Alves Leite, morador nas ditas cazas.”<sup>4</sup>

Há nesse anúncio pelo menos duas informações importantes. De imediato, hoje, soa-nos estranho que na venda de um estabelecimento seja incluída as pessoas que nele trabalham. Mas naquela época, em que existia a escravidão, essa situação era normal e ninguém acharia isso absurdo. Para o historiador Luiz Carlos Soares, era comum nos estabelecimentos manufatureiros existentes no Rio de Janeiro

“a presença tanto de trabalhadores livres como de trabalhadores escravos, mas estes últimos predominavam [até 1860], inclusive porque a existência de trabalhadores livres e especializados para o trabalho nas manufaturas era difícil, além do que a obtenção da mão-de-obra escrava era facilitada pela sua abundância a preços compensatórios, sendo muito comum o ensinamento de ofícios aos escravos mais habilidosos.”<sup>5</sup>

Como naquele tempo, fabricar significava a ação das forças físicas e mentais do homem, aplicada à produção, consistindo ela em receber uma coisa num estado, e entregá-la noutro em que tivesse mais valor, o segundo ponto a observar, também diferente com relação aos dias de hoje, era que uma padaria era considerada uma fábrica. Nesse tempo, o conceito de indústria era muito amplo, pois a palavra indústria significava tanto as atividades manufatureiras, quanto as atividades agrícolas e

<sup>1</sup> De maneira geral, protoindustrialização pode ser definida como a produção em grande escala de bens industriais destinados a mercados distantes, baseado em mão-de-obra barata e camponesa. As pré-condições instalação e desenvolvimento protoindustrial estavam a deterioração ou modificação das relações feudais de dominação, o crescimento do comércio inter-regional e/ou internacional e uma tendência de crescimento demográfico provocado pela progressiva implementação de métodos agrícolas mais produtivos, liberando, assim, uma certa parcela do campesinato para engajar-se em atividades não-agrícolas. Sobre o crescimento e posterior colapso da indústria têxtil em Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, ver D. C. LIBBY, “Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o Caso de Minas Gerais”, in: T. SZMRECSÁNYI & J. R. A. LAPA (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996, pp. 237-280.

<sup>2</sup> L. A. CLARKSON. *Protoindustrialisation: The First Phase of Industrialisation?* Londres, 1985, pp. 28-38. Também H. KISCH. “The Textile Industries in Silesie and the Rhineland: A Comparative Study”, in P. KRIEDTE, H. MEDICK & J. SCHLUMBOHM. *Industrialisation before Industrialisation*. Londres/Paris. 1981, pp. 178-200.

<sup>3</sup> M. BERG. *The Age of Manufactures: Industry, Innovation and Work in Britain, 1700-1820*. Londres, 1985; pp. 289, 313-314; J. K. J. THOMSON. “Variations in Industrial Structure in Pre-Industrial Languedoc”, in M. BERG, P. HUDSON & M. SONENSCHER. *Manufacture in Town and Country before the Factore*. Cambridge, 1983, pp. 61-91

<sup>4</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, de 27 de junho de 1821, p. 175. Neste texto, optei por manter a ortografia original em todas as transcrições, nos nomes próprios e títulos de jornais.

<sup>5</sup> Luiz Carlos SOARES, *A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. Niterói, UFF, 1980, mimeo., p. 116.

comerciais. Para o Dr. Manoel de Oliveira Fausto, redator do periódico *O Auxiliador da Industria Nacional*, o setor industrial era dividido da seguinte maneira:

“1º) A industria agricola, que se applica principalmente em solicitar a acção productiva da natureza, quer nos vegetaes, quer nos animaes, ou em colher os seus productos. 2º) A industria comercial, que augmenta o valor das cousas, pondo-as ao alcance do consumidor. 3º) A industria manufactureira, que dá valor as cousas, pela transformação que nellas opera.”<sup>6</sup>

No entanto, para uma interpretação sociológica marxista, e do ponto de vista das relações técnicas de produção, o artesanato pode ser definido como um processo produtivo no qual o trabalhador direto possui o controle absoluto do processo de produção, controlando portanto todos seus meios de trabalho. Da mesma forma, o processo produtivo manufatureiro deve ser entendido como uma forma de transição ao processo de produção propriamente industrial avançado, em que o produtor direto, pela habilidade, controla seus instrumentos de trabalho. Mas, por outro lado, o produtor direto não possui o controle do funcionamento dos meios de produção em seu conjunto, pois existe uma divisão técnica de trabalho na manufatura.

Neste texto sobre o desenvolvimento da indústria artesanal e manufatureira no Rio de Janeiro do século XIX – com especial menção à Corte Imperial – adotei a terminologia empregada pelos seus contemporâneos. Para os homens do século XIX, as palavras “indústria”, “officina”, “manufatura” e “fabrica” possuíam significados bem distintos em relação aos significados atribuídos a elas pela conceituação marxista. Assim, ao utilizarmos os termos indústrias manufatureira ou fabril não se deve ter em mente a designação adotada pela terminologia sociológica do processo produtivo do ponto de vista das relações técnicas de produção.

Desta forma, vou descrever o número de trabalhadores existente nos artesanatos e nas manufaturas; o número de fábricas e de manufaturas por setor produtivo; a relação entre o número de escravos e de homens livres em cada fábrica e em cada manufatura e por setor de produção. Nesse sentido, há de assinalar o quanto foi importante a tarifa alfandegária para o desenvolvimento industrial brasileiro.

## 1

Foi na primeira metade do século XVII que a indústria fabril ou manufatureira teve começo no Brasil. Especialmente na cidade do Rio de Janeiro, diversas pequenas fábricas de tecidos de algodão, brins, bordados de ouro e prata, galões e veludos, jóias de ouro e brilhantes, setins e sedas, belbutes, bombosinas, redes, mantas e cobertores de lã, tecidos de linho, chapéus de palha, cordoalha, sabão, anil, azeite de peixe, telhas, louça de barro, tamancos, esteiras e alguns outros objetos de uso comum.

Entretanto, como a navegação do Brasil era exclusivamente reservada às embarcações portuguesas, todo o desenvolvimento manufatureiro do povo colonial importaria em prejuízos de frete e dos fornecimentos que nos fazia a metrópole, de produtos seus, ou fabricados em outros países, mas transportados e vendidos por seu intermédio.

Começaram deste modo as restrições à liberdade de trabalho na colônia. Uma das primeiras, foi estatuída pela Carta Régia de 18 de abril de 1730 que mandava expulsar dos distritos de mineração do Brasil os ourives de qualquer qualidade ou condição que fossem. Era este ato um suplemento ao Alvará de 20 de outubro de 1621 que proibia aos índios e aos negros e mulatos a profissão de ourives e o ensino deste ofício.

Tais medidas tinham visado sobretudo impedir que as pedras e metais preciosos das minas brasileiras fossem diretamente aplicados à ourivesaria no país, escapando assim do pagamento dos dízimos e direitos que oneravam a extração daquelas riquezas minerais em proveito da coroa de Portugal.

Não tardou muito, porém, que motivos de ordem econômica, e não financeira, tornassem extensivas a todas as indústrias coloniais as proibições decretadas.

Além dos baixos custos e abundância das matérias-primas, a indústria manufatureira nascente da América portuguesa tinha, sobre a metrópole, a vantagem de mão-de-obra quase gratuita que lhe facultavam os escravos e os caboclos ou índios domesticados, sem contar que a vida singela das famílias brasileiras e o baixo custo da

<sup>6</sup> *O Auxiliador da Industria Nacional*, julho de 1854, nº 1, Coletânea 1854, Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, pp. 12-3.

subsistência facilitavam obter-se certos trabalhos, a domicílio, mediante salários insignificantes. Disso resultou que os navios portugueses, que nos traziam mercadorias da metrópole, começaram a levar de retorno manufaturas que lá iam fazer vantajosa concorrência às indústrias fabris de Portugal.

O governo da metrópole resolveu então dar um golpe de morte nas fabricações coloniais e, para isso, expediu o Alvará de 5 de janeiro de 1785 que mandava extinguir “debaixo das penas de perdimento e de multas, no prazo de dous mezes” todas as fábricas e oficinas existentes no Brasil, com exceção unicamente das manufaturas “em que se tecessem fazendas grossas de algodão, próprias para uso e vestuário dos negros e para enfardar ou empacotar fazendas”.<sup>7</sup>

Para justificar tal medida, o Alvará alegava que havia na América portuguesa falta de braços para a agricultura, não devendo os poucos existentes serem desviados das culturas das terras e mineração, porque a verdadeira e sólida riqueza de um povo consiste nas produções da terra “as quaes só se conseguem por meio de colonos e não de artistas e fabricantes”. Acrescentará o citado Alvará que convinha “assentar todo o fundo e base das permutações mercantis, da navegação e comércio do Brasil e Portugal nos productos da terra”.<sup>8</sup>

Com a publicação do Alvará de 1785, aqui na América portuguesa se fecharam, em menos de dois meses, todas as fábricas e oficinas existentes, até mesmo algumas daquelas que haviam sido excetuadas, mas que receberam incorrer em suspeição. Contudo continuaram a funcionar algumas fabricações de sacos, panos grossos de algodão,

mantas e cobertores, que encontravam mais seguro mercado no interior de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão e Pará. Mas o trabalho industrial era aí exercido unicamente pelas classes pobres, sob a forma de trabalho manual, sem auxílio de instrumentos e aparelhos aperfeiçoados; de sorte que estas produções não pudessem fazer grande concorrência aos artigos fabricados na metrópole.

Também no Rio Grande do Sul continuaram em trabalho pequenas fábricas de tecidos ordinários de lã (denominados *picotes*) e de ponches e xergas, as quais eram estabelecidas em Mostardas e Encruzilhadas, e outra de tecidos grossos de linho em Piratinim. Igualmente na Barra do Rio Negro o governador Manoel da Gama Lobo d’Eça fundou em 1797 uma fábrica de fiação e tecidos de algodão em rolo, com 240 fusos, outra de velas de cera e ainda outra de calabares e cordas de piaçava.

O Almanack de 1799, publicado na revista do “Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, apresenta a estatística com os seguintes números das diversas indústrias e comércio da cidade do Rio de Janeiro: 59 oficinas de ourives; 135 sapatarias; 64 marcenarias; 85 alfaiaterias; fazendo observar que em algumas das oficinas empregavam mais de 100 operários.<sup>9</sup>

Sobre o valor das importações e exportações do Brasil desse período, há os dados coletados por Adrien Balbi referentes ao ano de 1806.<sup>10</sup> Diz Balbi que nesse ano as importações somaram em 8.425:800\$000 (oito mil, quatrocentos e vinte e cinco contos, e oitocentos mil réis), e as exportações em 14.155:500\$000 (quatorze mil, cento e cinquenta e cinco contos, e quinhentos mil-réis), que se distribuía nas seguintes relações pelas capitánias:

Capitánias	Importação – 1806	Exportação – 1806
Rio de Janeiro	3.015:500\$000	4.670:300\$000
Bahia	2.110:400\$000	3.284:600\$000
Pernambuco	1.788:700\$000	3.818:700\$000
Maranhão	831:600\$000	1.527:700\$000
Pará	652:500\$000	786:900\$000
Ceará	27:100\$000	67:300\$000
Total	8.425:800\$000	14:155:500\$000

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 83.)

<sup>7</sup> Apesar de publicado há anos, a análise de Fernando Novais sobre o Alvará de 5 de janeiro de 1785 se mantém a mais completa. Cf.: Fernando A NOVAIS, “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”, *Revista de História*, XXXIII(XVII): 145-166, jul.-set. 1966.

<sup>8</sup> As sutilezas e contradições do legislador português em basear o seu discurso em um princípio teórico de inspiração fisiocrática foi desvendado por Fernando Novais, *op. cit.*

<sup>9</sup> Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, pp. 270-1.

<sup>10</sup> Adrien BALBI, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve comparé aux autres états de l’Europe et suivi d’un coup d’oeil sur l’état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts*. Paris, Rey et Gravier, 1822, 2 vol., in-8°.

Em janeiro de 1808 chegou à Bahia o Príncipe Regente D. João de Bragança que com a família real e sua corte haviam emigrado para o Brasil, em consequência da invasão de Portugal pelas tropas francesas, e em 8 de março do mesmo ano entravam todos no Rio de Janeiro, que passou a ser sede do governo real.

Na Bahia decretara o Príncipe Regente, em 28 de janeiro de 1808, a abertura dos portos marítimos do Brasil à navegação estrangeira; no Rio de Janeiro promulgou o Alvará de 1º de abril que revogava o de 1785. O primeiro destes atos dava aos brasileiros a independência comercial, extinguindo a sujeição em que se achavam de só manterem relações mercantis com Portugal ou por intermédio dele; o segundo dotava-nos da independência industrial, abolindo a despótica proibição de exercermos qualquer fabricação, exceto a de alguns artefatos grosseiros. Os dois atos completavam-se, constituindo reunidos a redenção econômica do Brasil.

Apesar da anormalidade da época e das incertezas do futuro, começaram a se fundar no Brasil diversos estabelecimentos industriais. Pondo de parte as pequenas fábricas de refinação de açúcar, de tamancos e sapatos, de louças de barro, esteiras e outros objetos de uso doméstico, assim como as tipografias, a primeira das quais – a Imprensa Régia – foi montada pelo governo e começou a funcionar em 1808, os documentos históricos mencionam os seguintes estabelecimentos fundados na cidade do Rio de Janeiro<sup>11</sup>:

- Fábrica de Pólvora na Lagoa Rodrigo de Freitas estabelecida pelo Príncipe Regente D. João a partir de 26 de outubro de 1808 e extinta em 1831, na qual trabalhavam cerca de 160 escravos da Nação nas oficinas de refinar o salitre, de carbonizar, de polvorizar as três matérias componentes da pólvora (movendo-se o respectivo mecanismo por meio de uma roda hidráulica), de misturar e triturar as matérias componentes nos pequenos tonéis com balas, de mistão, com uma roda hidráulica para o movimento de seu mecanismo, de triturar e

comprimir por meio de pilões com uma roda hidráulica, de granular e secar a pólvora, de alisar e lustrar a pólvora com uma roda hidráulica. Segundo o encarregado da Fábrica de Pólvora da Lagoa de Freitas, “*toda a pólvora que ali se podia aprontar, boa ou má, vendia-se para o commercio da Costa d’Africa, procurando-se com preferencia a qualquer pólvora estrangeira; sendo o motivo principal, vender-se por hum preço mais favorável. A nossa pólvora tinha a preferencia no commercio da Costa d’Africa, em concorrência com a pólvora estrangeira, sendo os preços iguaes; porque a estrangeira era propriamente a pólvora do commercio da Costa d’Africa, que contem menos de 10 por cento de salitre do que a nossa; o que a torna, necessariamente inferior, ainda que apresente melhor apparencia.*”<sup>12</sup>

- Fábrica de Galões de Ouro e Prata, montado por Thomaz Soares de Andrade e José Lopes de Araujo e inaugurada em 3 de setembro de 1811.

- Fábrica de Tecidos de Algodão e Seda, de Antonio Xavier de Carvalho, inaugurada em 17 de março de 1812.

- Fábrica de Tecidos de Algodão, de Bento Dias Chagas, em 21 de julho de 1812.

- Fábrica de Massas Alimentícias, de Nicolau Vianna, em 8 de agosto de 1812.

- Fábrica de Tecidos de Algodão, fundada em 1812 na margem da Lagoa Rodrigo de Freitas. O mestre da fábrica recebia diariamente o ordenado de 1\$000 (um mil-réis) e o contramestre 900 réis. Aos senhores de escravos ocupados na fábrica abonava-se a diária de 100 réis, quando tecelões, e de 80 réis quando incumbidos dos outros serviços.

- Fábrica de Tecidos de Algodão, de Loureiros e Pietra, em 30 de fevereiro de 1813.

- Fábrica de Chocolate, de Manoel José Heitor de Oliveira, em 7 de agosto de 1813.

<sup>11</sup> Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908.* Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908, pp. 8-10.

<sup>12</sup> M. J. P. Tenente Coronel Engenheiro, *Exposição sobre as duas fabricas de pólvora nacionaes; a que se extinguiu a’ pouco na lagoa de freitas, e a que se esta’ acabando abaixo da serra da Estrela.* Rio de Janeiro, na Typographia de I. F. Torres, 1833, p. 16. Na nota nº 11 do seu texto, o autor esclarece que “no anno de 1828 venderão-se para o dito commercio 9\$400 arrobas; em 1829, 13\$200; em 1830; 6\$000; já em 1831, que se achava de todo extinto o mencionado commercio só se venderão 3\$150 arrobas; e em 1832 venderão-se 2\$816 arrobas, o que se pôde vêr pela Escripturação do Arsenal da Guerra.” (*op. cit.*, p. 49.)

- Oficinas de caldeireiro, de Joaquim da Silva Torres, em 12 de outubro de 1814.

- Fundação de Metais, de Theodoro Macedo Freire, em 14 de abril de 1815.

- Fábrica de Papel, de Carneiro Silva & Pinheiro, inaugurada em 5 de setembro de 1820.

- Fábrica de Estamparia de tecidos de algodão, montada no bairro que ficou denominada *Fábrica das Chitas*, sendo seu fundador Joaquim José da Silva, em 5 de setembro de 1820. Em favor desta fábrica foram concedidas 10 loterias por decreto de 26 de junho de 1826.

- Fábrica de couros envernizados, garroteados e de tanarias de diversas cores, de José Nogueira Duarte, inaugurada em 27 de novembro de 1821.

Nessa época grande parte da população andava descalça, pois somente os homens livres e os libertos ou forros (ex-escravos) podiam usar sapatos.

Por isso a surpresa do viajante francês Jean Baptiste Debret, quando ele passou pelo Rio de Janeiro em 1816. Ele ficou impressionado ao ver no Rio um número muito grande de lojas de sapateiros. E interrogava-se: como poderia haver tanta loja de sapateiro numa cidade onde quase todo mundo andava pelas ruas descalços?

Para o historiador e antropólogo Gilberto Freyre, o aparente absurdo pode ser explicado da seguinte maneira:

“as senhoras brasileiras usavam sapatos de seda extremamente delicados. Postos em contato, mesmo breve, com as calçadas ásperas, rompiam-se facilmente, exigindo consertos das mãos dos sapateiros. Ou novos sapatos”.<sup>13</sup>

Procurando fazer uma história íntima do brasileiro, Gilberto Freyre mostra que em torno dos pés muitas coisas foram imaginadas. Sobre isso, foi criado um verdadeiro culto do pé pequeno e bonito, que expressava a situação social do indivíduo. Esses eram os fidalgos e os aristocratas de casa-grande. No sentido oposto, estava o “pé de boi”, que era aquela pessoa que se enriquecia no trabalho duro e rotineiro. Ou mesmo

“o taverneiro de pé grande e metido em tamanco ou ao negro de senzala, obrigado, como o de mucambo, pela natureza do seu trabalho rude de rua ou de eito, a andar descalço ou apenas de alpercata, inteira ou quase inteiramente exposto aos bichos, à lama e à imundície.”<sup>14</sup>

Mas como se movimentavam as pessoas que usavam os frágeis sapatos de seda nas ruas pequenas, tortas e geralmente lamacentas das cidades? As damas quase não saíam de casa, e quando iam a festas e a missas, o transporte delas era feito em liteiras (aqui, denominadas de “cadeirinhas brasileiras”). Escravos carregando as liteiras com as madames saíam quase de dentro das salas de suas casas.

Os sapatos de seda vão entrar em desuso, quando a cidade do Rio passa a ser a sede da Coroa Portuguesa, em 1808. Com o início da pavimentação das ruas, e mais as mudanças havidas no transporte urbano, as liteiras começam a ser trocadas por gôndolas e carruagens. Como as ruas pavimentadas dão lugar para as caminhadas, e as carruagem ou gôndolas conduziam as senhoras até aos portões da casa, os frágeis sapatos de seda dão lugar aos feios mas resistentes sapatos de couro, a grande maioria feitos a mão.

Dos tempos coloniais até a primeira Constituição Política do Império do Brasil Imperial, de 25 de março de 1824, os sapateiros (e demais artesãos) organizavam-se oficialmente através das corporações de ofícios. Através das corporações, cada profissão artesanal se agrupava e definia quais seriam as normas para o exercício dos seus respectivos trabalhos artesanais. Nestas normas, controladas pelas autoridades de cada município, estavam fixados os meios para o protecionismo e o controle da prática e da aprendizagem sistemática dos ofícios artesanais.

Além disso, os artesãos agremiavam-se a irmandades ou confrarias, tomando cada agremiação para patrono um santo do Calendário (como, p. ex., São Jorge, São Miguel, São Crispim e São Crispiniano, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Mercês) e formavam as chamadas Bandeiras. Os sapateiros, p. ex., eram obrigados a ser membros da Irmandade de São Crispim. Todo o mestre que tivesse loja aberta deveria pagar uma jóia (em dinheiro) e uma quantia anual para a Irmandade. Caso não efetuasse esses pagamentos, o mestre desobediente seria obrigado a fechar sua loja.

<sup>13</sup> Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9ª ed.. Rio de Janeiro, Record, 1996, p.512.

<sup>14</sup> Gilberto FREYRE, op. cit., p. 515.

Entre as regras estabelecidas para o funcionamento de cada corporação de ofício, nenhum aprendiz podia ser admitido a oficial sem quatro anos de prática e depois de convenientemente examinado pela mesa de cada Bandeira. Nenhum oficial podia tomar obra pertencente a outro ofício. Também, nenhum mestre podia ter em sua casa mais do que quatro aprendizes. Os juizes e oficiais, que cada ofício tinha o direito de eleger, gozavam fé pública e eram chamados como avaliadores e peritos, e perante os tribunais eram os seus laudos respeitados.

Até a década de 1820, não era nítida a fronteira entre a produção e comércio. Isto gerou um confronto entre a estrutura corporativa (as corporações de ofícios que procuravam formar um sistema de controle sobre o mercado de trabalho e proteção do mercado contra a concorrência) e o liberalismo (o direito ao trabalho praticado pelas pessoas - proletários ou escravos ao ganho e escravos de aluguel)<sup>15</sup>.

Assim, por exemplo, os mestres sapateiros que faziam e vendiam os seus produtos, estabeleceram um conflito com os algibebees, aquelas pessoas que só vendiam os sapatos já feitos. Por causa disso, D. Pedro, então Príncipe Regente, em aviso de 16 de novembro de 1821, através da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mandou participar à Câmara do Senado da corte do Rio de Janeiro que ficasse sem efeito o aviso de 2 de abril de 1813,

*“que prohibio que pelas ruas desta cidade se vendesse qualquer genero de calçado aqui fabricado. Ha por bem que fique sem effeito o referido Avizo, para que possa continuar-se aquella venda, de que tirão algumas pessoas miseraveis os necessarios meios de sua subsistencia.”*<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo, proibia o Senado da Câmara

*“ao Juizes do officio de Çapateiro a continuação do abuzo em que estavão de apreghender o calçado fabricado nesta Cidade que encontravão nas ruas, prendendo, a titulo de segurança da ccima, os*

*pretos escravos, que o conduzião; ao mesmo tempo que as lojas, e ruas desta Cidade estavão cobertas de calçado, que vem de fora com frequência de despacho na Alfandega.”*<sup>17</sup>

No Rio de Janeiro, e com mais intensidade no correr da primeira metade do século XIX, gradualmente eram empregados escravos como aprendizes em atividades artesanais. Tal concorrência do trabalho escravo levou alguns artesãos ligados às irmandades e às corporações de ofícios a recorrerem à justiça para que fossem cumpridos os regimentos dos seus respectivos ofícios. De acordo com Eulália Maria Lahmeyer Lobo e demais pesquisadores,

*“Já em 1771 e 1772 o juiz e escrivão do officio de sapateiro da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano recorriam à justiça para que fosse cumprido o regimento do officio de 1764 que proibia preto ou pardo ter loja aberta ou vender sapatos ou vender sapatos pelas ruas. Exigiam também que os mestres do officio não tivessem mais de dois aprendizes sendo lojas grandes e um, sendo pequena.*

*O juiz e mesários da Irmandade de São Crispim e São Crispiniano da Corte e outros mestre de loja aberta do officio de Sapateiro representaram ao Rei em 1813 sobre a inconveniência de se deixar vender, na rua, obras feitas em casas particulares por escravos cativos, mulheres, e pessoas imperitas. Em 5 de fevereiro de 1820 e em 1827 reclamaram das mesmas transgressões do regimento do officio continuavam a ser praticadas.”*<sup>18</sup>

Mesmo com a expansão da população urbana e do gradual crescimento da atividade fabril no Rio de Janeiro, na década de 1840 ainda fazia-se presente a disputa pelo mercado de trabalho dos artesãos livres nacionais com os escravos que exerciam algum tipo de ofício artesanal. Isto pode ser observado nas seguintes propostas realizadas por Domingos Cordeiro Mendes, “um artista brasileiro”. Em carta enviada ao *Jornal do Commercio*, ele dizia que

<sup>15</sup> No ano de 1821, localizamos vários escravos negros que eram oficiais em diversas profissões. Nesse mesmo ano, através de anúncios no *Diario do Rio de Janeiro*, constatamos a existência de dois escravos negros que eram mestres: um, “mestre de fazer vella e sabão” (*Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, no 7, 9 de novembro, e 313 do anno 1821, p. 51); e outro, “mestre çapateiro” (*Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, no 4, 5 de dezembro e 339 do anno 1821, p. 14).

<sup>16</sup> “Edital/ Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1821. Francisco José Vieira”, *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, no 18, 22 de Novembro e 326 do Anno 1821, p. 138. Esta e doravante fontes citadas, foram transcritas tais como elas se encontram no original.

<sup>17</sup> “Edital/ Rio em Vereação de 21 de Novembro de 1821. (Assig.) José Martins Rocha”, *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, no 18, 22 de Novembro e 326 do Anno 1821, p. 138.

<sup>18</sup> Eulalia Maria Lahmeyer LOBO, Otavio CANAVARROS, Zakia Feres ELIAS, Simone NOVAIS e Lucena Barbosa MADUREIRA, “Estudos das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1830 a 1930”, *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 27(4):129-176, out./dez. 1973, cit. p. 137.

no intuito de oferecer algumas idéias para o “engrandecimento e prosperidade do Brazil” seria importante que fossem aprovadas algumas leis em prol de tal realização, tal como a lei

“para que a todos os artistas estrangeiros que abordarem a quaesquer portos do Imperio, lhes seja concedido uma prestação para seus estabelecimentos, e depois de 10 annos pagarão os ditos beneficios a decima parte de seus rendimentos até final indemnisação do que houverem recebido; no caso de traspasse antes de findo o dito prazo ficará obrigado á dita indemnisação quem substituir no estabelecimento.”<sup>19</sup>

Tal resolução faria muito bem aos artistas estrangeiros.<sup>20</sup> Já para o bem dos artistas nacionais, sobretudo os “menos abastados”, seria importante aprovar uma lei que determinasse que

“não será permittido aos escravos aprenderem officios mechanicos, sem que seus senhores paguem um tanto para as rendas publicas.”<sup>21</sup>

Durante toda esta primeira fase foram inúmeras as tentativas feitas por interessados, para que a fundação das novas fábricas no Brasil se efetuassem sob o regime de concessão de privilégios<sup>22</sup> exclusivos, alegando-se que sem essa condição ninguém se arrojaria a montar fábricas que seriam sacrificadas pela concorrência interior das similares que se estabeleceriam, logo que as primeiras conseguissem produzir com lucro apetecível.

Para a concessão de privilégios, o interessado em montar uma manufatura deveria submeter seu projeto à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação para ser aprovado. Com sede no Rio de Janeiro, a criação da Real Junta foi uma das medidas tomadas pelo príncipe regente D. João, após 1808. Esta Real Junta iniciava as suas atividades paralelamente à sua congênere ainda existente em Portugal. Mantendo as mesmas atribuições e características de sua homônima portuguesa, mas hierarquicamente inferior, a Real Junta do Comércio instalada em solo brasileiro ficou sob a jurisdição da Secretaria de Estado e Ministério dos Negócios do Império até que o Código Comercial de 1850 a extinguisse.<sup>23</sup>

De 1808 a 1840, a Real Junta do Comércio forneceu provisão de “fábrica”<sup>24</sup> aos seguintes estabelecimentos produtivos localizados na região fluminense:

Ramo produtivo	Número de Estabelecimentos
Fiação e tecidos de algodão, lã e seda	5
Galões e fios de ouro e prata	1
Papel	3
Estamparia	1
Cordas	1
Sabão e velas de sebo	10
Chapéus	2
Refinação de açúcar e destilação de aguardentes e licores	4
Alimentos	6
Rapé	5
Vinagre	1
Meias de algodão	1
Vidros	1
Pentes de tartarugas e chifres	1
Telhas, tijolos e louças	1
Fundição de ferro e metais	5
Produtos químicos	1
Carruagens	1
Couros e peles	3
Sebo	1
Móveis	1
Espelhos	1
Soma	56

(Fontes: *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas (1808-1850)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica, Caixas: 423 – Pacotes 1,2,3 e 4; 424 – Pacotes 1 e 2; 425 – Pacotes 1 e 2; 427 – Pacotes 1,2 e 3; e 428 – Pacotes 1 e 2.)

<sup>19</sup> Suplemento do *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 mai. 1843, p. 2.

<sup>20</sup> Convém ter em conta que tal atitude em apoio aos artistas estrangeiros não era um sentimento geral, e nem o seu inverso, a animosidade étnica, era também regra geral entre a população livre pobre do Rio de Janeiro.

<sup>21</sup> Suplemento do *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 mai. 1843, p.2.

<sup>22</sup> O “privilégio” por motivo de invenção só podia ser outorgado pelo governo por um prazo que não excedia 20 anos. Além deste prazo a concessão carecia de ato legislativo. Aos introdutores de ramos de indústria úteis e importantes tinha o governo por vezes concedido privilégio exclusivo como prêmio, ficando porém a concessão dependente da aprovação do Poder Legislativo.

Além da Real Junta do Comércio, a Secretaria de Estado e Ministério dos Negócios do Império também tinha sob sua supervisão os trabalhos realizados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Idealizada em 1816, mas tendo os seus estatutos aprovados em 31 de outubro de 1825, ela é instalada somente em 1827.<sup>25</sup> A Auxiliadora teve uma vida longa, ultrapassando o Império. Em 15 de agosto de 1904, ela se funde com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFT), dando origem ao Centro Industrial do Brasil (CIB).

Contra as pretensões de concessão de privilégios exclusivos pugnou tenazmente o estadista José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú (1756-1835), em 1808 nomeado professor da primeira Cadeira de Economia Política do Brasil.<sup>26</sup> Tal como Adam Smith, Cairú era um liberal que muito havia contribuído para as decretações da franquia dos portos e da indústria do Brasil. Na obra – *Observações sobre a franqueza da industria e estabelecimento de fabricas no Brasil* – que publicou na Imprensa Régia em 1810, dizia Silva Lisboa:

“O Governo tem seu poder bons meios de facilitar a introdução de novos estabelecimentos de industrias de campo e cidade, sem o miseravel expediente de dar monopolios.

“*Bem mostra que não carece de exclusivos para introdução de manufacturas de toda a especie*

*um Estado que, por tres seculos, lutando com o Mau Genio do Exclusivo Geral de Fabricas, pode introduzir, e manter, á despeito dele, com pé firme, algumas ainda de luxo. E já dado aspirar á todos os melhoramentos coma maior rapidez, achando-se agora o Brasil protegido pelo Bom Genio Libertador do Commercio e Industria, e tendo em si assás estabelecidas as principaes artes elementares, donde gradualmente se sobe ás superiores.”*

E acrescentava que maior animação se poderia dar aos industriais

“prohibindo-se a importação de iguaes artigos estrangeiros que se fabricarem no paiz, para terem os fabricantes certeza da venda dentro da Nação, removidos os competidores estranhos, como é do patriotismo, e da pratica de todas as Nações illuminadas da Europa, e em que a Inglaterra constantemente insiste. Deviam-se tambem conceder extraordinarios favores, e donativos do Governo, e ainda adiantamentos por emprestimo de fundos, aos industriais que os não tivessem, e intentassem estabelecer Fabricas as mais necessarias ou uteis. Em todo o caso, convinha tambem conceder a todos os fabricantes os privilegios ordinarios das Fabricas do Reino. Todos esses auxilios, favores, e encorajamentos, se mostram, na actual conjuntura, de urgente necessidade, visto que, durante o

<sup>23</sup> A respeito da Junta de Comércio e de sua participação industrial no Estado Joanino, ver R. G. de ANDRADE. *Burocracia e Economia na Primeira Metade do Século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1980.

<sup>24</sup> Para a Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, ao responder à consulta encaminhada por Bernardo Pereira de Vasconcellos em nome da Regência, em 1838, sobre que critérios deveriam ser utilizados para proteger a “indústria”, era estabelecida a seguinte distinção entre “officina”, “fábrica” e “manufatura”: “Chamão elles [referindo-se a “alguns Economistas e Escriutores de boa nota”, como José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, quando foi deputado da Junta de Comércio em 1834] officina o estabelecimento industrial onde hum ou mais individuos se empregão no trabalho de qualquer arte mechanica: fabrica, o que emprega muitas officinas: e manufatura, o que emphehede diversas fabricas; empregando esta palavra no sentido mais lato que he possivel a respeito da industria humana”. “Resposta da Junta de Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação sobre a Orientação a ser Adotada em Relação ás Fábricas”, em *Junta de Comércio, ...Documentação Relativa às Fábricas*, op. cit., Caixa 428 – Pacote 2. Os deputados que assinaram a “Resposta ...” eram Joaquim Gonçalves Ledo, José Antonio Lisboa e Ignacio Alvares Pinto d’Almeida.

<sup>25</sup> Com o decreto de 10 de abril de 1830, é aprovado o estabelecimento de escolas normais dirigidas gratuitamente pelos sócios efetivos da Sociedade Auxiliadora, permitindo-se que suas aulas funcionassem no pavimento térreo do antigo edifício do Museu. Os seus estatutos foram reformados em 5 de agosto de 1831. A partir de 1833, inicia-se a publicação do órgão oficial da associação, intitulado *O Auxiliador da Industria Nacional*. Ininterruptamente, esta revista circulou mensalmente de 15 de janeiro de 1833 a 31 de dezembro de 1892. Na assembléia geral da Sociedade Auxiliadora foi aprovada, em sessão de 19 de outubro de 1838, a proposta da criação na Corte de um Instituto Histórico e Geográfico. Com exceção do presidente e do orador, todos os demais membros de sua primeira diretoria pertenciam à Sociedade Auxiliadora. O Instituto teve a sua sanção oficial pelo Aviso de 4 de abril de 1839 e pelo Dec. 2.842, de 2 de novembro de 1861. Com a ajuda financeira do Estado Imperial, o Instituto editou trimestralmente a sua revista, firmando-se como uma das mais importantes instituições científicas e literárias brasileiras até o final do século XIX.

<sup>26</sup> Sobre Economia, os principais estudos de José da Silva Lisboa são os seguintes: *Principios de Economia Politica*. Lisboa, 1804; *Observações sobre o comercio franco no Brazil*. Rio de Janeiro, 1908; *Discurso sobre a franqueza do comercio de Buenos Aires*. Rio de Janeiro, 1810; *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos principios liberaes da nova legislação do Brasil*. Rio de Janeiro, 1810; *Observações sobre a franqueza da industria e estabelecimento de fabricas no Brazil*, Rio de Janeiro, 1810; *Ensaio sobre o estabelecimento de bancos, para o progresso da indstria e riqueza nacional*, Rio de Janeiro, 1811; *Estudo do Bem Comum e Economia Politica* (2 vols.), Rio de Janeiro, 1819; *Leitura e Economia Politica*, Rio de Janeiro, 1827; *Considerações sobre a doutrina economia de M. João Baptista Say* (póstuma), Rio de Janeiro, 1844-1845.

Interdicto com Commercio da Europa (cujo termo não se pode prever) os nossos Generos Coloniaes hão de ter pouco mercado e valor; e sobrevivendo a paz, teremos muitas difficuldades, e talvez impossibilidades, em concorrer com os estrangeiros nos Mercados Geraes. Assim teremos o prejuizo de vender os nossos productos rudes por pouco preço, para depois os tornar a receber importados em fazendas de incomparavelmente superior valor.

Deve-se porem notar, que convem haver muita circunspecção em traspassar para o Brazil grandes Machinas, ainda para as manufacturas que nos podem ser muito uteis, como as de algodão – Grandes Machinas e Fabricas, onde não houver vasta população, serão chimeras ...

*“Não é necessario estabelecer já Fabricas em grande. Com tentativas moderadas, e principalmente por meio de sociedades livres, segundo o estilo da Inglaterra, se podem introduzir n’este Estado manufacturas as mais convinhaveis.*

“Nas cidades e Villas maritimas poderemos ter muitas fabricas de côrtes de madeiras, construcções de navios, cortumes, atanados, louças, vidros, saboarias, cordoalha, assucares refinados etc.”

Não obstante, desde que foram abertos os portos do Brasil ao comércio com as “nações amigas” em 1808, afluíram para as principais praças do país, então Reino Unido de Portugal, negociantes de diversas nacionalidades, e em maior parte ingleses, os quais estabeleceram importantes casas comerciais no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará; e começaram desde logo a importar em grande quantidade os productos e artefatos estrangeiros, até então proibidos no Brasil pela Metrópole, cujo comércio lhe era inteiramente exclusivo, e só permitido em navios portugueses.

Mas apesar da vinda de muitos negociantes ingleses para cá, o comércio do Brasil desde que principiou a ter maior incremento, começou a ser exercido em sua máxima parte pelos filhos da Metrópole, que chegados à América, a esse tipo de atividade de preferência se entregavam, quando não vinham empregados no serviço real do Exército, da Fazenda ou da Justiça. Por essa razão, os naturais do Brasil em geral se ocupavam nos trabalhos agrícolas, nos officios e artes mecânicas bem como em outros trabalhos; e só por exceção um ou outro seguia a vida comercial nas cidades marítimas; não sendo, porém, raro negociarem nas cidades do interior do país.

O exclusivo do comércio fazia com que os lucros fossem quase certos, resultando disso e da severa economia dos antigos negociantes que em poucos anos se fizeram fortunas colossais, com o que muito lucrava o país, visto serem quase todos esses cabedais convertidos em prédios urbanos ou em estabelecimentos rurais.

Mas também como consequência da abertura dos portos da América Portuguesa às nações amigas, firmou o Príncipe Regente um tratado com a Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810, no qual se estipulou que os productos e artefatos ingleses pagariam nas alfândegas do Brasil um direito de importação na razão de 15% *ad valorem*, estimado sobre as faturas das mercadorias que seriam apresentadas pelos negociantes importadores.

Por ocasião da abertura dos portos do Brasil, em 1808, ficou estabelecido um direito de importação sem distinção de procedência, na razão de 24%, e destes direitos nem mesmo eram excetuados os importados pela Metrópole; e os líquidos alcoólicos pagavam na razão de 48%. Isso, porém, foi modificado em 1809, quando estabeleceu-se a isenção do pagamento de direitos nas alfândegas do Brasil as mercadorias que já as tivessem pago nas alfândegas de Portugal.

Os direitos diferenciais de 9% a favor dos productos e artefatos ingleses, estabelecidos pelo Tratado de 1810, colocaram o mercado nacional daquela época no rumo da bancarrota. Conforme escreveu Sebastião Ferreira Soares,

“O desanimo do commercio nacional daquella época foi tal, que os negociantes representarão contra semelhante acto, mas nada conseguirão; pelo que, reunindo-se os principaes armadores desta capital, fizeram ver que o acto estabelecendo os direitos differenciaes a favor da Inglaterra traria infallivelmente o exterminio do commercio nacional de longo curso, porquanto os seus navios não poderião competir com os inglezes mais favorecidos; e deliberarão vender ou desarmar os seus grandes navios que até então erão empregados no commercio da Asia, Africa, Europa, e diversas partes da America.

“(…) *O tratado de 1810*” – continua Ferreira Soares – “*feito com a Inglaterra, deu em resultado o completo exterminio do nosso commercio exterior; e acabou, por assim dizer, com a única escola pratica de marinha que tinhamos; além de que diminuiu em muito as nossas transacções com a*

*metropole, por começarmos a receber quase todos os artefactos de que carecíamos para o consumo do paiz directamente de Inglaterra, dest'arte afrouxando as nossas relações com a mãe-patria: foi portanto este tratado o primeiro passo que avançamos para a nossa emancipação politica, a qual mais se realizou.*"<sup>27</sup>

O tratado de comércio de 19 de fevereiro de 1810, no qual todas as vantagens ficaram com a Inglaterra, aniquilou a marinha mercante de longo curso do Brasil. Isso pode ser avaliado pelos seguintes dados: de meados do século XVIII em diante o comércio de longo curso do Brasil para a Ásia, África e Portugal tinha muito se desenvolvido, chegando a atingir, segundo avaliavam alguns negociantes desse tempo, 2.000 navios que se empregavam nesse comércio; já em 1865, a marinha mercante de longo curso do Brasil somente contava com 316 navios nacionais.<sup>28</sup>

Ainda mesmo depois de feita a sua Independência em 1822, os maléficos efeitos do tratado de 1810 sofridos pelo Brasil se estendeu até 1844, visto que esse tratado de 1810 foi em sua máxima parte ratificado pelo tratado de 17 de agosto de 1827, vindo a expirar somente em 1844. A cessação do tratado comercial de 1810 fez com que os cruzadores ingleses redobrassem os seus esforços na captura dos barcos negreiros, que navegavam em sua grande maioria sob a bandeira portuguesa, e lord Aberdeen fez promulgar o *bill* de 1845, com o fim de compelir o Brasil a assinar um novo tratado de comércio com a Inglaterra aos moldes do tratado de 1810.

Os efeitos da política alfandegária adotada pelo estado brasileiro a partir de 1844 até o fim do Império para o comércio e o desenvolvimento do setor industrial manufatureiro nacionais serão discutidas no texto mais à frente, pois a tarifa das alfândegas do Império era considerada na época uma das variáveis mais importantes para o entendimento do melhoramento ou da falência das indústrias manufatureira e fabril nacionais.

## 2

Proclamada a independência do Império, em 1822, seguiu-se um longo período de mais de 20 anos em que as repetidas perturbações políticas produziram grandes embaraços econômicos e financeiros para o país.<sup>29</sup>

Em semelhante meio não se verificou, senão com vagar, o incremento industrial manufatureiro do Brasil. As fábricas que naquele período se montaram na cidade do Rio de Janeiro eram em geral pequenas, mas ao mesmo tempo de numerosas especialidades, tais como: fabricação de jóias, de mobílias, de flores artificiais, cola, cordoalha, velas de sebo, charutos e cigarros, chapéus de sol, licores, tinta para escrever, fundições de ferro etc. Da maior parte das que foram fundadas até 1844, não há informações seguras relativas aos nomes de seus proprietários nem à data de sua inauguração. Apenas foi possível saber os seguintes estabelecimentos:

- Fábrica de Chapéus de Mitraut Pedelupe, fundada em 22 de outubro de 1825.

- Fábrica de Objetos de Tartaruga de José Pereira do Sacramento, em 31 de outubro de 1829.

- Fundação de Sinos de Florindo Gonçalves Coelho, em fevereiro de 1831.

- Galões de Seda de Frutuoso Luiz da Motta, em 22 de março de 1831.

- Fábrica Nacional de Couros Envernizados, Marroquins e Oleados de João Luiz Pedroso & Comp., em 7 de agosto de 1831.

- Lithografia de J. S. Bouvier, fundada em 1832, e passou em 1840 a G. Leuzinger.

- Fábricas de Pentes e Objetos de Tartarugas, 1ª de Francisco José Martins de Oliveira, fundada em 18 de março de 1834; 2ª de José Ignacio de Assis, em 19 de março do mesmo ano; 3ª de Adão Oliveira Carvalho, em 9 de abril de 1836.

<sup>27</sup> Sebastião Ferreira SOARES, *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1865, pp. 18-9.

<sup>28</sup> Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, pp. 73-77.

<sup>29</sup> Restabelecido o equilíbrio comercial posto em oscilação pela guerra da Independência, logo apareceu a revolução de 1824 em Pernambuco; a guerra na província Cisplatina de 1825 a 1828, que bastante apoquentou o comércio brasileiro e causou excessivas despesas ao Estado (obrigando o primeiro Banco do Brasil a fazer uma enorme emissão que causou o depreciação dos seus bilhetes bancários); a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831 também fez estremececer todo o comércio e grandes somas de capitais se retiraram para fora do país; e de 1831 a 1845, constantes revoltas no Pará, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul deixaram os fundos públicos em frangalhos.

- Fábrica de Vidros de F. A. M. Esberard, em 1836.
- Fábrica de Vidros de S. Roque, fundada em 1838.
- Fábricas de Chapéus de Sol, de Lyra & Comp., inaugurada em 1838.
- Fábrica de Fiar e Tecer Algodão estabelecida na ponte do Catete em 1839.
- Fábricas de Vidros, de José Praxedes Bernardes, fundada em 18 de outubro de 1839.
- Fábricas de Chapéus de Pello, de José Praxedes Pacheco Pereira, em 26 de novembro de 1839.

Em 6 de novembro de 1836, o francês Aymar Marie Jacques, Conde de Gestas, lê na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional uma “Memoria sobre o estado actual da industria na cidade do Rio de Janeiro, e lugares circumvizinhos”<sup>30</sup>. Nascido na França em 1788, e falecido afogado nas águas da Guanabara a 28 de julho de 1837, o Conde Aymar de Gestas saíra da França ainda criança levado por uma tia, a Condessa de Roquefeuil, também emigrada, para fugir à guilhotina. Acolhidos por D. João, ambos pararam no Rio e Janeiro, e tornaram-se um dos primeiros fazendeiros de café na Tijuca em 1820.<sup>31</sup>

Após observar que em certas artes (carpintaria, ferraria, olaria, aviamento) os operários do Rio de Janeiro pouco ou nada tinham que aprender – e a isto, referia-se, “tanto nos filhos do país, como na mór parte dos Africanos” - o Conde de Gestas destacava a existência nesta cidade de três importantes estabelecimentos de fundição de ferro e de cobre,

*“que são os dos Srs. Ferrez, membro d’esta Sociedade [Auxiliadora da Indústria Nacional], Paris, e Parot, e Fleury. O primeiro arriscou se antes de outro qualquer, a fundir peças novas com ferro velho coado, e já tem feito grandes serviços ao Brasil pela variedade de obras e mecanismos, que teem sahido da sua officina, cujos folle e tornos são movidos por agoa. A segunda, que está situada no centro da Cidade [do Rio de Janeiro], trata das mesmas obras, que a primeira, e tem de mais a combinação de obras de madeira; vi nella quase acabada huma imprensa lithographica, que*

*me pareceo ser hum trabalho digno das officinas de Londres ou de Paris. A terceira he bem conhecida pela perfeição das bombas, que nella se fabricão, assim como todas as peças hydraulicas de metal.*

*“Existe tambem no centro da Cidade [do Rio de Janeiro] outro estabelecimento bem interessante, por isso que se refere a trez importantissimos ramos da industria. Quero fallar da Fabrica do digno membro d’esta Sociedade [Auxiliadora da Indústria Nacional] o Sr: Fructuoso Luiz da Motta, que com constancia inabalavel conseguiu na sua Officina o puxar os fios de prata e ouro, pela adopção de hum grande melhoramento de fieiras, até o mais delgado possivel; fabricar tecidos largos de seda, e sobre tudo dar principio á producção d’esta preciosa materia; o que conseguiu acclimando o bicho Asiatico, e procurando aproveitar o indigena”.*<sup>32</sup>

A partir de 1840 começa no Brasil a montagem de fábricas mais importantes, dotadas de mecanismos mais aperfeiçoados, algumas delas com motor hidráulico ou a vapor e com trabalho dirigido por mestres e contramestres contratados na Europa.

Dentre todas as especialidades sobressai nesse período a fabricação de tecidos de algodão, anteriormente limitada aos processos manuais com o auxílio de instrumentos simples. Como o algodoeiro era uma planta que frutificava espontaneamente no Brasil sem o mínimo de cuidado ou cultivo, a fiação e tecelagem manual do algodão espalhou-se por todo o território nacional, sendo explorada inclusive pelos índios.

A fábrica de estamparias que em setembro de 1820 fora montada no Andaraí Pequeno (Fábrica de Chitas) manteve-se em atividade cerca de 20 anos, mas limitava-se a estampar os tecidos de algodão da Índia, que importava da Europa, e apesar do auxílio de 10 loterias concedidas pelo governo Imperial pelo decreto de 26 de agosto de 1826, não pôde lutar com a concorrência das chitas estrangeiras que vinham ao mercado, e assim entrou em falência.

<sup>30</sup> *O Auxiliador da Industria da Nacional*. 5º Volume, nº 3, ano 5, 1837, pp. 72-92.

<sup>31</sup> Cf. Affonso de E. TAUNAY. *Historia do Café no Brasil*. Vol. 5º, no Brasil Imperial, 1822-1872 (Tomo III). Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1859, cap. LXXXIX, p. 7.

<sup>32</sup> *O Auxiliador da Industria da Nacional*. 5º Volume, nº 3, ano 5, 1837, pp. 80-1.

Também no Andaraí Pequeno fundou Frederico Guilherme, em 18 de março de 1841, uma fábrica de tecidos de algodão, confiada à gerência do francês Julien Charlemagne Usmar, e auxiliada pelos poderes públicos com a concessão de 4 loterias, feitas por decreto de 30 de novembro de 1841. Nos primeiros anos trabalhava apenas em tecidos grossos e brancos

e fios de velas. Mais tarde encetou a fabricação de tecidos finos e tintos. Tinha em atividade 900 fusos, que eram movidos por motor hidráulico. Os nomes, idades, nacionalidades e vencimentos diários dos 23 empregados do estabelecimento de fiar e tecer algodão de Frederico Guilherme, em 1841, eram os seguintes:

Nome	Nacionalidade	Idade	Vencimento diário
Alexandre Joaquim da Silva Guimarães	Português	23	1\$440
Théodore	Francês	29	1\$200
José da Silva Leite Braga	Português	18	\$360
José de Castro	Português	30	\$480
Manoel Marques	Português	29	\$480
Benigno Marques	Brasileiro	19	\$240
Manoel de Souza Gomes	Português	15	\$200
José Fausto do Amaral	Português	18	\$250
José Francisco Guedes	Português	13	\$160
Jacinto Antonio Graça	Brasileiro	17	\$240
Francisco Gomes	Brasileiro	16	\$240
Constancio Ignacio Christal	Brasileiro	16	\$240
Antonio José Loureiro	Brasileiro	14	\$300
Antonio Francisco de Souza	Brasileiro	13	\$160
Felicissimo Bartholomeu	Brasileiro	17	\$200
José de Miranda	Brasileiro	12	\$120
Raymundo Antonio Maiva	Português	16	\$200
Hilario Bento	Brasileiro	8	\$100
Alias Antonio dos Santos	Brasileiro	12	\$120
Antonio Luiz	Português	17	\$160
Guimarães da Costa	Português	16	\$240
Manoel Pereira Maciel	Brasileiro	20	\$320
Sr. Julien Charlemagne Usmar	Francês	--	-----

(Fonte: *O Auxiliador da Industria Nacional*. Rio de Janeiro, Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, nº 12, Coletânea 1841, pp. 444-5.)

Esta fábrica deu parca remuneração aos capitais que nela se empregaram e após 23 anos de funcionamento cessou o trabalho, sendo suas máquinas desmontadas e transportadas para a fábrica denominada “Santa Thereza”, que se fundou em Parati, província do Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

Além da Fábrica de Fiar e Tecer Algodão de Frederico Guilherme, fundada em 18 de março de 1841, nesse mesmo período apareceram os seguintes

estabelecimentos fabris: Fábrica de Chapéus de José Carvalho Pinto, surgida em 23 de abril de 1842; Fabrica de Papel, 1ª de F. Gaillard, fundada em 1842, 2ª de Zeferino Fernandes, em 1843.

Ainda uma terceira fábrica de tecidos de algodão se estabeleceu no Andaraí, sob a denominação de Fábrica “S. Pedro de Alcantara”. Seu fundador, Joaquim Diogo Hartley, ampliou-a em 1852. Tinha 76 teares e fabricava

<sup>33</sup> Nota-se, na tabela acima, que a média dos vencimentos dos portugueses é maior do que a dos brasileiros: média portuguesa 397\$ ou 281 (excluindo o primeiro e mais alto vencimento), e média brasileira 287\$.

pouco mais de 1.000 m de pano liso diariamente. O motor, a vapor, tinha a força de 30 cavalos, e o número de operários era de 56.

Diogo Hartley obteve do governo um empréstimo de 100:000\$000 (cem contos de réis), que foi concedido pelo decreto de 28 de setembro de 1847, e do qual recebeu apenas a metade. O proprietário alegou prejuízos, e a fábrica deixou de funcionar, como as outras da mesma especialidade, fundadas anteriormente na cidade do Rio de Janeiro e que não encontraram nas tarifas alfandegárias da época a proteção suficiente para o início de uma indústria complexa, dispendiosa e nos primeiros tempos sempre difícil, por falta de pessoal habilitado para exercerem os ofícios.<sup>34</sup>

A falta de pessoal habilitado para os ofícios existentes no período pode ser observada pela maneira como eram recrutados os trabalhadores para o setor têxtil do período. Em um anúncio publicado pelo *Jornal do Commercio* de 1842, o estabelecimento nacional de fiar e tecer algodão instalada no largo do Catete, na Corte, deixava público a seguinte informação:

“aceitão-se moços de 10 até 15 annos, dando-lhes comida e casa, de ao depois de um mez de aprendizado poderão elles ganhar de 6\$ [seis mil-réis] até 10\$ rs. [dez mil-réis] mensaes, conforme o seu merecimento.”<sup>35</sup>

Funcionando desde 1839, essa fábrica empregava, em 1841, 23 pessoas “entre as quaes meninos de 8 a 12 annos que ao passo que assim contrahem o amor do trabalho e da regularidade, vão immediatamente ganhando além da casa e comida hum pequeno salario”. Utilizando anualmente como matéria-prima 1.687 arrobas de algodão, era claro para a época que “se com mais meios pecuniarios podesse escolher melhor accommodação onde lhe fosse possivel achar para motor de suas machinas a agua que

não a força de bestas, com as machinas que já possui poderia apresentar duplicados productos.”<sup>36</sup>

Os efeitos da divisão internacional do trabalho em um país agrícola<sup>37</sup> e o problema da escravidão que ajudou a criar um estigma indelével, do qual teria resultado a perda do valor ético e econômico do trabalho como fundamento da sociedade, eram amplamente percebidos e discutidos no século XIX. Tendo tais preocupações em mente, um articulista fazia as seguintes interrogações no *Jornal do Commercio* que circulou no dia 23 de setembro de 1841:

“Huma preocupação contra a qual vai-se já premunindo o espirito publico, há de certo a que, fundada em principios exagerados de economia politica, condemna o Brazil a não ser senão agricultor, e a comprar com os productos da sua lavoura os objectos manufacturados pelas outras nações; verdadeiro dentro de certos limites esse principio applicado sem discernimento, tem-nos sido, ainda por longo tempo nos há de ser extremamente funesto. De que viverão na verdade as classes menos abastadas de nossa população se tudo quanto exige algum trabalho fabril for entregue ao commercio e ao estrangeiro? Irá tudo occupar-se com agricultura? Mas a agricultura entre nós não póde ser feita com vantagem senão em grande, não póde, portanto, deixar de exigir avultados capitaes, e todos os inconvenientes que na Europa excluem desse genero de trabalho a tantos que procurão melhorar de vida, aqui tambem existem, accrescendo-lhes a mui natural e desculpavel preocupação, que não deixa que o homem livre soffra no trabalho a concurrencia do escravo. Talvez não de outra origem provenha essas inquietação; esse descontentamento que tudo atraza em nossa patria, e precipita tanta gente na carreira sem futuro dos empregos inferiores das repartições publicas.

<sup>34</sup> E não só o têxtil. A fábrica de Vidros de S. Roque, fundada em 1838, por exemplo, demandava, pela natureza do seu trabalho, “o serviço de braços livres e profissionaes que da Europa tem vindo e hão de vir sem grande despeza”. “Fabrica de Vidros de S. Roque”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 12 abr. 1842, pp. 1-2.

<sup>35</sup> *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 ago. 1842, p.4.

<sup>36</sup> “Fabrica de fiar e tecer algodão”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 set. 1841, pp. 2-3.

<sup>37</sup> Em 1865, Sebastião Ferreira SOARES (*Elementos de estatística ...* Tomo I, p. 285, nota no 12.) considerava que os “paizes, cujas ‘industrias’ manufatureiras ‘e’ fabril, se achão no pé em que se estão na Inglaterra, não demonstrão decadencia commercial, quando as suas importações são em alguns annos inferiores em valor as exportações, visto que em maior parte esses valores são representados pela quantidade de materia prima importada, a qual, depois de convertida em artefactos, representa um valor muito superior, na sua sahida, ao que tinha quando estrada no paiz; o contrario, porem, acontece com as nações puramente agricolas, como o Brasil, que não podem ser consideradas em estado de prosperidade, quando importão constantemente maiores valores que os que exportão.”

<sup>38</sup> “Fabrica de fiar e tecer algodão”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 set. 1841, pp. 2-3.

A industria offerecer-lhes-hia trabalho e meios decentes de independente subsistencia.

Se por esse motivo deve ser modificado o principio que acima enunciamos, cumpre igualmente reconhecer outros que ainda mais o combatem. O trabalho fabril aumenta consideravelmente o valor dos objectos que, como materias primas, são entregues a suas operações; por que motivos pois renunciariamos, em vantagem dos capitalistas, e dos trabalhadores estrangeiros; a esse accrescimo de valores? Ainda quando as operações são complicadas, exigem dispendios extraordinarios, teria algum cabimento a nossa renuncia; quando, porem, nada disto obsta, para que nos pormos na dependencia do estrangeiro para productos faceis de obter, e de quasi diaria necessidade?"<sup>38</sup>

Apesar de não ser aqui o lugar de se aprofundar a questão histórica de como numa sociedade em que há um predomínio da força de trabalho escrava ocorre o fenômeno social da degradação do trabalho, sendo as atividades humanas do período divididas em artes liberais e mecânicas e as somente realizadas pelo esforço manual (nesta ordem decrescente de valorização social), faz-se interessante citar um trecho da tese sobre a mendicidade no Rio de Janeiro apresentada e defendida pelo Dr. Manoel Maria de Moraes Valle, junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1846. Ao procurar estabelecer quais seriam as *causas sociais* da mendicidade, o médico Moraes e Valle defendia o argumento de que no Rio de Janeiro a

“população é composta em geral de brancos e negros, estes quase sempre escravos, aquelles muitas vezes senhores e nunca captivos; alem dos

brancos e pretos há os indigenas e os individuos provenientes da mistura d'estas tres raças.”

“Os que são livre e em primeiro lugar os brancos julgão-se superiores aos escravos negros, e não se dão a certos officios, em que se empregão frequentemente os escravos, e não podendo atingir todos elles a outras profissões, tornão-se indolentes, e por isso que igualados pelo mesmo trabalho querem se differenciar dos escravos por não trabalharem como um negro. Nas classes superiores há a mesma indolencia, porque desgraçadamente no nosso paiz não é tanto o merito como a intriga que prevalece. Na classe infima, onde a corrupção é grande, o amor ao trabalho que certo que não predomina.”<sup>39</sup>

Não obstante, com o fim de animar com direitos protetores algumas indústrias brasileiras, como sejam as de sapateiro, marceneiro, alfaiate e chapeleiro que há anos se achavam estabelecidas no país, era percebido o seguinte aspecto: logo após a entrada dos produtos importados os consumidores nacionais não pagavam mais caro os seus produtos, pois o estrangeiro calculadamente vendia mais barato que o seu similar para poder destruir a concorrência nacional; para logo depois de vencida a concorrência impor os preços que lhes conviesse a fim de ressarcir os prejuízos e faturar mais. Aí sim os preços das mercadorias importadas subiam, aumentando também o desemprego dos trabalhadores no país.

Para se ter uma idéia de como os estrangeiros impunham os preços de suas mercadorias no mercado brasileiro, convém acompanhar a tabela abaixo sobre o número de fábricas e oficinas existentes na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1799 e 1865:

<b>Officinas existente no Rio de Janeiro</b>	<b>1799: população aproxima-da de 80.000 habitantes</b>	<b>1865: população aproxima-da de 450. 000 habitantes</b>
De ourives	59	115
Sapatarias	135	144
Marcenarias	64	118
Alfaiaterias	85	120
Chapelarias		82

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatistica commercial do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 271.)

<sup>38</sup> “Fabrica de fiar e tecer algodão”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 set. 1841, pp. 2-3.

<sup>39</sup> Manoel Maria de Moraes e VALLE, *Algumas considerações sobre a mendicidade no Rio de Janeiro*. These apresentada a’ Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e sustentada em 7 de dezembro de 1846. Rio de Janeiro, Typ. Do Ostensor Brasileiro, de J. J. Moreira, 1846, p.9. (O destaque em itálico está no original.)

Observando que as oficinas relativas a 1865 tinham em sua maior parte produtos estrangeiros e poucos fabricados no país, sendo ainda mais comum as fábricas de 1799 empregarem mais de 100 operários e as de 1865 rara era a que continha igual número de trabalhadores, e que o desenvolvimento das fábricas e oficinas apontadas acima não acompanhou na mesma proporção o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, em 1835, o preço de um par de sapatos de homem custava 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) e um par de botinas 7\$000 (sete mil-réis); em 1865 essas mesmas mercadorias, de qualidade inferior, apresentavam os seguintes valores: sapatos de homem, entre 5\$ (cinco mil-réis) e 5\$500 (cinco mil e quinhentos réis), e as botinas com os preços entre 16\$ (dezesesseis mil-réis) e 18\$000 (dezoito mil-réis). Nesse mesmo ano de 1865, um contemporâneo afirmava da necessidade de

“animar os officios de sapateiro, marceneiro e outros que como este são indispensaveis ao homem social.

Não sou muito velho, porem, há trinta annos me lembra de ver muito maior numero de sapateiros, marceneiros e alfaiates nacionaes nesta côrte, que actualmente, e então a sua população, se tanto, orçaria por um terço da população que possuímos.

Lamento quando vejo citarem-se para modelo do nosso systema fiscal administrativo a Inglaterra e a França, e dizer-se que não devemos ter direitos protectores, porque, segundo a opinião dos economistas, é obrigado o consumidor a pagar mais caro e receber peiores objectos, que os que apresenta a concorrência; isto dito em absoluto é uma incontestavel verdade; porque é certo que a concorrência produz a melhora dos productos, e faz a sua barateza; mas como poderemos crear as industrias se as não animarmos de alguma fórma com direitos protectores?”<sup>40</sup>

A concorrência dos produtos fabricados no país com os similares estrangeiros eram percebidos pelos anúncios publicados nos jornais que circulavam na Corte Imperial. Em um desses anúncios, o italiano João Baptista Nervi, fabricante de graxa para lusturar sapatos localizado

na cidade do Rio de Janeiro, promovia e custeava a divulgação do seguinte anúncio:

*“NO’S ABAIXO assignados, estabelecidos com lojas de calçado na côrte do Rio de Janeiro, fazemos certo, e positivamente affirmamos que, tendo experimentado e escrupulosamente observado a graxa de lustro fabricada nesta cidade pelo Sr. João Baptista Nervi, italiano, estabelecido com sua fabrica na rua do Senado, em a loja da casa n. 90, achámos que ella é de uma superior qualidade, tão boa, e do mesmo effeito do que a graxa Ingleza – dos Day e Martin - ; e por essa razão ha já algum tempo que fazemos uso, de preferencia, da dita graxa de lustro do Sr. Nervi nas nossas obras: declarando outrosim que é só este senhor nos tem apresenttado até agora uma graxa aqui fabricada que se possa dizer perfeita, e que deva, por isso, merecer a preferencia do respeitavel publico, a quem a recommendamos, por ser louvavel manufactura nacional. E por ser verdade mandámos passar o presente, em que nos assignamos. [Seguem os nomes e endereços dos assinantes.]*

(...) Na mesma casa da graxa acima (tanto em liquido como em massa) se fabrica tambem e vende-se cera de lustro para correames, agua de Colonia fina e superfina, e tintas para escrever, de todas as côres e qualidades, tudo por preços razoaveis, e tinta para marcar roupa.”<sup>41</sup>

Quarenta anos depois, em um relatório apresentado ao Corpo Legislativo pela Comissão Parlamentar de inquérito, nomeada em sessão de 24 de outubro de 1883, sobre as condições do comércio, indústria fabril, serviço e tarifas das alfândegas existentes no país, afirmava-se que não havia no Brasil cidade, vila ou povoado onde não se encontrasse pelo menos uma oficina de carpintaria ou também de marcenaria. No entanto, era fato averiguado

“que de 1860 em diante começou esta industria a apresentar symptomas de uma phase decadente.

<sup>40</sup> Sebastião Ferreira SOARES, *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1865, p.99.

<sup>41</sup> *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 de abr. 1843, p.4.

Já em 1847 poucos erão os estabelecimentos de importancia que se conservavão em actividade; e alguns desta Côrte transferirão-se para a Europa, de onde, ainda hoje, nos envião seus productos mais elegantes e solidos, e que não obstante, fazem activa concurrencia ás fabricas que permanecerão no paiz, visto disporem de copiosas vantagens, inclusive os direitos modicos das pautas aduaneiras.

Dos 80 estabelecimentos, mais ou menos, que ainda se encontrão nesta Côrte, raros são os que se achão montados em grande escala; a mór parte está abaixo da categoria das antigas officinas.

É necessario, entretanto, observar que, apesar disso, não se achão completamente extinctas as tradições artisticas.<sup>742</sup>

No período de 1840 a 1860, outras fábricas montadas na cidade do Rio de Janeiro foram mais felizes do que as de tecelagem de algodão. Uma das que tomaram logo grande desenvolvimento foi a de chapéus de pêlo, da qual os 6 principais estabelecimentos fundados foram:

Em 1842: Fabrica de Braga & Rocha, depois Braga Rocha & Irmão (1857), Francisco José da Costa Braga (1860), Francisco José da Costa Braga & C. (1862) e Costa Braga, Irmãos & Comp. (1881). De janeiro de 1846 a dezembro de 1847, os oficiais livres e escravos que trabalhavam no estabelecimento de Chapéus de Braga & Rocha correspondiam aos seguintes números:

Mês/Ano	Livres	Escravos	Mês/Ano	Livres	Escravos
Janeiro/1846	24	4	Janeiro/1847	38	12
Fevereiro/1846	34	5	Fevereiro/1847	40	13
Março/1846	34	7	Março/1847	39	13
Abril/1846	35	9	Abril/1847	36	13
Maiio/1846	39	9	Maiio/1847	36	14
Junho/1846	40	9	Junho/1847	35	14
Julho/1846	38	11	Julho/1847	37	14
Agosto/1846	39	11	Agosto/1847	35	14
Setembro/1846	36	11	Setembro/1847	31	17
Outubro/1846	38	12	Outubro/1847	32	17
Novembro/1846	36	12	Novembro/1847	32	18
Dezembro/1846	38	12	Dezembro/1847	30	18

(Fonte: *Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: Documentação Relativa às Fábricas (1808-1850)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção de Documentação Histórica, Caixa: 425 – Pacotes 1.)<sup>43</sup>

De acordo com o *Jornal de Commercio*, 7 peritos oficiais chapeleiros franceses provenientes de Paris desembarcaram no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1858, para trabalhar na fábrica de Chapéus Braga Rocha & Irmãos. Além disso, o diário carioca registrava que “este ramo de industria é um dos que mais progresso tem feito no nosso paiz, e sobretudo nesta cidade, onde já se contão muitas fabricas, e entre ellas algumas bem importantes, que rivalisão com as melhores da Europa. A dos Srs. Braga Rocha é uma das principais. O número dos seus empregados excede a 100, sendo mais de tres quintas partes gente livre.”<sup>44</sup>

Além dessa fábrica de chapéus, outros estabelecimentos do mesmo ramo produtivo foram fundados nos seguintes anos e pelos respectivos proprietários:

- Em 1847: Fabrica de Bernardes & Raythe. Passou depois a Barros Taveira Cardoso & Cia (1872), e em 1877 a Barros Taveira & Torres.

- Em 1854: Fabrica de Castro & Vianna, que em 1861 passou à firma Arcos & Castro.

<sup>42</sup> *O Auxiliador da Industria Nacional*. Vol. 53, nº 12, dez. 1885, p. 274.

<sup>43</sup> Essas fontes não especificam ou fazem a distinção entre os trabalhadores escravos empregados nas manufaturas que pertenciam às próprias manufaturas ou aqueles que eram alugados de particulares.

<sup>44</sup> “Industria”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 16 jan. 1858, p.2.

- Em 1854: Fabrica de José Alves Carreira, que passou em 1864 a Gonçalves & Braga; a Gonçalves Braga & C. em 1867, e a Henrique Irmãos & Moreira em 1881.

- Em 1857: Fabrica de Fellipe Corrêa de Mesquita Borges. Em 1867 passou à firma Fernandes Braga & C.

- Em 1860: Fabrica de Braga Costa & C (rua de S. Pedro, 166). Transferida em 1865 para a rua do Hospício 24, e em 1878 para a rua de S. Clemente 78 e rua Bambina 47.

As fundições, serralherias e estabelecimentos de trabalhos sobre metais diversos também tiveram um desenvolvimento, sendo as mais notáveis:

- Fabrica de Ferraria, de Joaquim Gomes Maia, fundada em 1840.

- Fundição de ferro e bronze, de Miguel Couto dos Santos, depois Costa Ferreira & C. em 1841.

- Oficina de Caldeireiro, de Coelho Saldanha, estabelecida em 1844.

- Oficina de Caldeireiro e Fundição de Pedro Rougeot, fundada em 1845.

- Fundição e serralheria de Francisco de Souza Ferreira, inaugurada em 1848 com o capital de 160:000\$ (cento e sessenta contos de réis).

- E. Bouchaud Sobrinho & C. fundição de tipos (para a composição tipográfica), galvanoplastia e estereotipia, fundada em 1849.

- Oficinas Mecânica Industrial. Obras de serralheiro e ferreiro, instalada em 1849.

- Fundição de bronze e bombeiro hidráulico de Francisco Candido da Costa, fundado em 1851.

- Fábrica de balanças de Regis Conteville, instalada em 1854.

- Serralheria de José Joaquim Teixeira, em funcionamento em 1855

- Fábrica de aparelhos de gás de E. Lenoble, fundada em 1855.

- Fábricas de ferraduras de Henrique Pinto Alves Brandão & C.a, instalada em 1856.

- Fundição de ferro e bronze de Hargreaves & Irmãos, em funcionamento desde 1859.

Outras especialidades, exploradas no referido período, são ainda dignas de menção:

- Em 1840: Fábrica de chapéus de sol de Falque & C.

- Em 1840: Fábrica de cerveja de Alfredo F. Gomes Savedra.

- Em 1845: Fábrica de selins de Antonio Golçalves Marinho.

- Em 1847: Fábrica de velas de cera de Francisco Antonio Monteiro & C.

- Em 1848: Litografia de João Baptista Lombaerts (Lombaerts & C.).

- Em 1848: Fábrica de produtos químicos, de Cockrane & Pinho, depois Pinho & C.

- Em 1850: Fábrica de móveis de José de Oliveira, em 1852 passou a Francisco José Moreira; em 1857, Francisco José Moreira & Irmãos; em 1864, F. J. Moreira; em 1870, F. J. Moreira & Ca.; em 1887, Moreira Santos & Ca.

- Em 1851: Fábrica de selins de Francisco da Silva Monteiro.

- Em 1853: Fábrica de papéis pintados de Caetano Garcia.

- Em 1854: Fábrica de selins de Francisco José Corrêa de Araujo.

- Em 1854: Companhia Luz Stearica organizada pelo Barão de Mauá, o qual se tornou o presidente de seu primeiro comitê de acionistas (nos anos 1854-1864).<sup>45</sup>

- Em 1857: Fábrica de calçado de Antonio Gonçalves de Carvalho & Ca.

- Em 1858: Empresa edificadora. Instalada na Ponta do Caju, passou em 1890 à Companhia Edificadora.

- Em 1858: Fábrica de Calçado fundada sob a firma de Pereira Santos & C.

<sup>45</sup> Para um estudo sobre a companhia Luz Stearica, ver José Jorge SIQUEIRA, *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Stearica (1854/1898)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1984, mimeo.

- Em 1858: Fabrica de produtos farmacêuticos de J. Coelho Barboza.
- Em 1859: Fábrica de selins de João de Mattos Guimarães.
- Em 1860: Fábrica de papel de Francisco Borges da Silva.

Para o historiador Luiz Carlos Soares, a partir de documentos da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e de Relatórios ministeriais, a relação dos estabelecimentos manufatureiros (com número de empregados conhecidos) instalados na Corte e na Província do Rio de Janeiro nas décadas de 1840 a 1850 era a seguinte:

<b>Estabelecimento Corte</b>	<b>Ramo</b>	<b>Número de Operários Livres</b>	<b>Número de Operários Escravos</b>	<b>Total de Operários</b>	<b>Ano</b>
1-José Francisco Bernardes (“Fábrica” São Roque)	Vidros	43	---	43	1840
1ª-José Francisco Bernardes (“Fábrica” São Roque)	Vidros	34	20	54	1847
2-André Gaillard	Papel	---	---	10	1847
3-Zeferino Ferrez	Papel	---	---	80	1850
4-Manoel Machado Coelho	Sabão	--5	40	45	1847
5-João Eduardo Lajoux	Sabão e velas	6	21	27	1848
6-Jacques Gouffé	Tapetes e Oleados	4	14	18	1849
7-Luiz João Beau	Couros	----	---	12	1849
8-Companhia Brasileira de Asfalto	Asfalto	2	30	32	1849
9-Joaquim Diogo Hartley	Têxtil	56	---	56	1850
10-Frederico Guilherme	Têxtil	20	---	20	1850
11-José Felipe	Chapéus	18	10	28	1841
12-José Carvalho Pinto	Chapéus	----	----	30	1842
13-Calazans & Lemos	Chapéus	20	19	39	1845
14-Braga & Rocha	Chapéus	30	18	48	1848
15-José Antonio Guimarães de Lemos & Cia.	Chapéus	17	15	32	1847
16-João Girard & Cia.	Chapéus	17	34*	51	1848
17-Antonio José Bernardes	Chapéus	14	6	20	1848
<b>Estabelecimento Corte</b>	<b>Ramo</b>	<b>Número de Operários Livres</b>	<b>Número de Operários Escravos</b>	<b>Total de Operários</b>	<b>Ano</b>
18-Comminge & Araújo Motta	Chapéus	28	12	40	1848
19-André Mannier	Chapéus	20	20	40	1848
<b>Rio de Janeiro</b>					
1-Irineu Evangelista de Souza (Ponta da Areia)	Fundição e Máquinas	----	----	400	1848
2-Alexandre Davidson	Fundição e Máquinas	13	22	35	1850
3-Luiz Moran (Fábrica Santo Aleixo)	Têxtil	116	---	116	1850

(Fonte: Luiz Carlos Soares, *A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*, mimeo., p. 333-4.)

\* Ao estabelecimento pertenciam 25 escravos, sendo 9 escravos alugados de particulares.

Em 1850, das 46 fábricas de chapéus de pelúcia de seda e de feltro existentes no Brasil, 21 funcionavam em Pernambuco, 19 nas outras províncias e 6 na Corte Imperial. Foi esta uma das fábricas que mais cedo se espalhou por todo o Império, apresentando resultados lisongeiros que fizeram diminuir continuamente a importação da mercadoria similar estrangeira. Em quase todas as fábricas empregavam-se poucos aparelhos, sendo a maioria das operações fabris realizadas manualmente. Aliás, naquela época acreditava-se que em determinados setores – como o de fabricação de chapéus – a perfeição do produto só poderia ser obtida através do trabalho manual.

Em condições idênticas se achava a indústria da fabricação de móveis no decênio de 1850-60. Em alguns estabelecimentos recebia-se as madeiras já serradas, que eram fornecidas pelas serrarias, e o trabalho de aparelhamento das peças constituintes dos móveis era feito à mão, com o auxílio de ferramentas e de máquinas simples, sendo o torno a principal máquina. Com a divisão de trabalho, estabelecida por esta forma, tinha-se no Rio de Janeiro a pequena e a média indústria de móveis, mas a fabricação visava apenas abastecer o consumo da Capital do Império e dos centros de população mais próximos. Nas condições de pequena fabricação manual esta indústria estava espalhada por todo o país, porque sendo a importação de mobílias e seu transporte muito dispendiosos, a quase totalidade do povo (com exceção da Corte Imperial) consumia os produtos da indústria nacional.

Mas mesmo o país produzindo as melhores madeiras para a construção das obras de marcenaria, e ainda que na Europa do período as mobílias mais estimadas eram as fabricadas de jacarandá, vinhático, pau rosa, cetim e tartaruga; os brasileiros preferiam mogno e *érable* (que não tinham tanta resistência e duração) àquelas madeiras nacionais.

Na Corte Imperial e em Salvador a indústria de marcenaria podia apresentar-se em concorrência com os produtos similares da França e da Alemanha, pois os móveis fabricados na Europa não eram mais elegantes que os manufaturados no país. Mas, pelo menos na Corte Imperial, observava-se que a maior parte das lojas ao invés de vender obras de marcenaria nacional punha-se a comercializar obras estrangeiras. “Desta sorte” – observava um arguto contemporâneo – “vai se definhando no paiz uma industria tão adiantada, e na qual grande numero de braços brasileiros erão empregados, assim capitalizando os seus productos no paiz”.<sup>46</sup>

A fabricação de calçados era exercida entre 1840 e 1860 quase exclusivamente nas próprias casas comerciais (sapatarias) por operários que trabalhavam na loja e só por meios manuais. Apenas a fábrica de Gonçalves de Carvalho & Comp. empregava já as máquinas, em um estabelecimento regularmente montado, com capital superior a 100 contos de réis e pessoal de mais de 120 homens, mulheres e meninos. Ainda nas primeiras década do século XIX, nesta indústria, como na fabricação de charutos, apesar da concorrência dos grandes estabelecimentos que empregavam os processos mecânicos em todas as operações de produção, havia fabricantes que serviam-se somente de meios manuais, sob a alegação de que assim conseguiam os mais perfeitos e delicados produtos.

Para que se possa ter uma idéia de como a indústria brasileira sofria com a concorrência de produtos similares importados, apresentarei os valores médios das importações realizadas nos quinquênios decorridos de 1839-1840 a 1863-1864 do estrangeiro em objetos relativos às indústrias de marceneiro, sapateiro, alfaiate e chapeleiro, cujo período se cobravam diversas taxas sobre essas mercadorias estrangeiras.

<b>Quinquênios</b>	<b>Calçado</b>	<b>Roupa</b>	<b>Chapéus</b>	<b>Mobílias</b>
1839-40 a 1843-44	625:000\$	62:000\$	523:000\$	213:000\$
1844-45 a 1848-49	146:000\$	76:000\$	363:000\$	211:000\$
1849-50 a 1853-54	329:000\$	177:000\$	976:000\$	253:000\$
1854-55 a 1858-59	1.191:000\$	990:000\$	1.647:000\$	385:000\$
1859-60 a 1863-65	1.383:000\$	1.325:000\$	1.220:000\$	421:000\$

(Fonte: Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1865, p. 274.)

<sup>46</sup> Sebastião Ferreira SOARES, *Elementos de Estatística...* Tomo I, p. 273.

Sobre o quadro ao lado deve ser observado que no decurso do 1º período, isto é, de 1839 a 1844, os direitos de importação do calçado, roupa, chapéus e mobílias, importados do estrangeiro cobravam-se nas alfândegas do Império na razão de 20%; no 2º período, de 1844 a 1849, as taxas desses mesmos gêneros foram cobrados na razão de 40%, de conformidade com a tarifa de 12 de agosto de 1844; no 3º período, de 1849 a 1854, cobraram-se direitos de importação dessas mercadorias, de conformidade com o art. 9º § 1º da lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 até fins de 1850, na razão de 80%; e dessa época em diante, em virtude da lei nº 586 de 6 de setembro de 1850, na razão de 40%; e, finalmente, nos 4º e 5º períodos, isto é, de 1854 a 1864, na razão de 40% se efetuou a arrecadação dos direitos aduaneiros de importação do calçado, roupa e mobílias; e na razão de 30% sobre os chapéus. Assim, fica claro perceber que das alterações das taxas alfandegárias procede a diferença dos valores da importação, que diminuía quando os direitos delas aumentavam, e aumentavam quando as taxas baixavam.

O total médio do quinquênio de 1859 a 1864 dos quatro produtos apontados, apresenta o valor de 4.340:000\$ 000 (quatro mil, trezentos e quarenta contos de réis), que saíam do país anualmente para o estrangeiro, e que poderiam ser capitalizados se essas indústrias fossem mais protegidas; tendo ainda em conta que os consumidores compravam essas mercadorias importadas por maiores preços do que os similares nacionais, pois como já foi mostrado no texto acima o calçado, a roupa, os chapéus e as mobílias estrangeiras eram vendidos por preços muito elevados; sendo esta a consequência necessária do definhamento da indústria nacional, na qual não encontravam naquele período concorrentes os produtos estrangeiros.

A concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros podia ser sentida nos mais diversos setores produtivos. A fabricação do sabão em branco e de vela de

estearina, nacionalizada desde meados de 1860, pois a companhia Luz Stearica era capaz de atender às necessidades do consumo geral (referente aos produtos: velas, sabão, oleína e glicerina), fez reduzir os preços desses produtos pela metade quando comparados aos preços do similar importado, ainda assim para achar maior saída para as mercadorias a Luz Stearica empregou rótulos estrangeiros em suas velas para ganhar a preferência do consumidor.

A constatação efetuada pelos júris da Exposição Nacional de 1861, era confirmada por um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, que se exprimia nos seguintes termos:

“Com efeito para achar venda para as suas velas vio-se a companhia Luz Stearina constringida a disfarçar-as com rotulos francezes! E com tudo estamos convencidos importamos mais um producto estrangeiro inferior ao producto nacional.”<sup>47</sup>

A produção manufatureira nacional de chapéus também sofreu uma intensa concorrência de produtos importados. No início da década de 1870, a introdução no país de chapéus de lã alemães e ingleses colocou em dificuldades financeiras muitas manufaturas chapeleiras aqui instaladas. Como esses chapéus importados chegavam aqui com preços mais baratos do que os similares nacionais e ainda possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pêlo de lebre, o consumo deles cresceu enormemente.

Segundo o Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866, a situação das manufaturas chapeleiras instaladas na Corte Imperial nesse ano era a seguinte:

Estabelecimentos	Quantidade De Chapéus Produzidos De pelúcia	Quantidade De Chapéus Produzidos De feltro	Quantidade De Chapéus Produzidos De fantasia E outros	Total dos Chapéus Produzidos	Valor	Número De Operários
1. Agostinho Machado & Cia	--	30.000	--	30.000	90.000\$	30
2. Armada & Guimarães	10.000	--	13.000	23.000	100.000\$	15
3. Bernardes & Raythe	--	41.000	7.000	48.000	250.000\$	65
4. Chastel & Cia	6.000	--	3.000	9.000	60.000\$	9
5. Costa Braga & Cia	3.000	60.000	6.000	69.000	300.000\$	80

<sup>47</sup> Relatório geral da Exposição Nacional de 1861 e relatórios dos júrys especiaes colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da CUNHA. Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862, pp. 140-1.

Estabelecimentos	Quantidade De Chapéus Produzidos De pelúcia	Quantidade De Chapéus Produzidos De feltro	Quantidade De Chapéus Produzidos De fantasia E outros	Total dos Chapéus Produzidos	Valor	Número De Operários
6. Gonçalves Braga & Cia.	--	22.000	2.000	24.000	75.000\$	30
7. José de Araújo Motta	--	25.000	1.200	26.200	77.000\$	32
8. Machado & Dias Abreu	--	24.000	--	24.000	70.000\$	26
9. Pereira Castro & Irmãos	10.000	--	8.000	18.000	90.000\$	15
10. Braga Costa & Cia.	--	20.000	4.000	24.000	75.000\$	26
11. F. C. Borges	--	12.000	--	12.000	36.000\$	16
12. J. Siqueira	5.600	--	--	5.600	36.000\$	6
13. J. M. P. de Castro	2.200	--	3.800	6.000	40.000\$	6
14. Barcellos & Vianna	--	15.000	--	15.000	35.000\$	16
15. Brochado & Cardoso	1.200	--	1.200	2.400	15.000\$	5
16. Castro & Vianna	--	10.000	--	10.000	30.000\$	12
17. J. F. Campos Arcos	500	9.000	2.000	11.500	40.000\$	15
18. J. Lemos Pinheiro	--	16.000	--	16.000	45.000\$	18
19. M. A. M. de Mello	--	10.000	1.000	11.000	34.000\$	14
20. Roberto A. de Almeida	--	20.000	3.000	23.000	70.000\$	20
21. Victor Maret	900	--	--	900	7.000\$	2
Total	39.000	314.000	55.200	408.600	1:575.000\$	458

(Fonte: *Relatorio da Segunda Exposição Nacional de 1866*. Vol. II, p. 62, citado em *Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Commissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, p. 68.)

Uma década depois, várias manufaturas chapeleiras fecharam suas portas. Entre 1876 e 1877, quando da crise que levou muitas manufaturas desse setor ao fechamento, os operários afirmavam que na Corte não havia “*mais de 17 estabelecimentos a que se possa dar o titulo de fabricas de chapéus. Destas 17, 15 fabricão chapéus de lebre, castor, etc., desde o seu primordial começo até o completo acabamento (...).*”

“As duas mais que existem são fabricadas de chapéus de seda, conhecidas vulgarmente por fabricas de patente, uma das quaes pertence ao illustrado Sr. J. Alvaro de Armada & C.

Há, porem, outros estabelecimentos que conservão o titulo de fabrica; mas hoje infelizmente não são mais que depositos de chapéus estrangeiros, que apenas empregão um outro artista, para meramente fazer concertos, prova evidente de que há extrema decadencia, e cada vez mais caminhando a industria de chapéus no Brazil.”<sup>48</sup>

Tal situação mostrava o quanto a indústria de chapéus no Brasil caminhava para a decadência. Se outrora existiam 10 fábricas de chapéus de seda, naquele momento esse número havia sido reduzido a 2 fábricas, e estas ainda encontravam-se limitadas a ocupar pouco mais de metade do pessoal que antes empregavam.

Como os direitos aduaneiros incentivavam a importação de chapéus estrangeiros, estabelecendo assim uma concorrência em preços aos chapéus nacionais, sobretudo com a indústria nacional de chapéus de seda e de castor, isso fez com que este ramo da indústria nacional entrasse em franca decadência e tivesse muitos de seus estabelecimentos fechados, pois seus altos custos produtivos não lhe propiciaram vencer no mercado a concorrência exercida pelo produto importado.

Em consequência, muitos operários chapeleiros perdem seus empregos. Conforme informavam os próprios “artistas chapeleiros”,

“o artista que não encontra nella [indústria de chapéus] o meio de sustentar-se têm-se valido até

<sup>48</sup> “Os artistas chapeleiros e o contra-protesto dos commerciantes de Chapéus”. *Á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional oferecem os Artistas Chapeleiros*. Rio de Janeiro, Typ. Economica, de Machado & C., 1876, pp. 4-5. (Os itálicos são do original.)

*de uma carroça ou de um sesto, tornando-se o que se chama ganhadores; outros tem recorrido á empresa Gary, outros a empregos de bonds, etc.*"<sup>49</sup>

Quanto às 15 fábricas de chapéus de lebres existentes no Rio de Janeiro, elas eram bem montadas, com bom pessoal (um pouco mais de 500 operários) e maquinismo os mais aperfeiçoados para a época. As de maior escala, empregando mais ou menos 50 a 80 operários, preparavam diariamente, com o auxílio das máquinas, de 1.000 a 1.400 chapéus; e as de menor escala conseguiam aprontar 200 chapéus por dia, sem a menor dificuldade.

Voltando ao decênio de 1850-60, as fábricas de selins e arreios adquiriram, nesse período, uma importância relativamente grande. A falta de estradas de ferro e outros meios aperfeiçoados de transporte tornavam freqüentes as viagens à cavalo e portanto davam à referida indústria um incremento que depois se tornou menos acelerado.

A indústria de fundição e trabalho de metais também tinha atingido na cidade do Rio de Janeiro e áreas circunvizinhas um desenvolvimento digno de nota na mesma época. Nesse momento, no Brasil, a construção naval consistia em um bom número de estaleiros que atendiam às necessidades de navegação nas costas, nos rios e na baía de Guanabara. A construção naval passara a ser associada à fundição. Antes, a construção naval não estava ligada à fundição porque os navios eram de casco de madeira e à vela. Mas conforme frisou Beauclair Mendes de Oliveira, "à medida que, na primeira metade do século, passou o Brasil a comprar vapores, a fundição evoluiu, aparecendo oficinas bem montadas".<sup>50</sup>

Assim, estaleiros e fundições associados compunham o setor mais dinâmico da economia no período de 1808 a 1860, com empresas dos mais variados portes (Ponta de Areia, Cia de Paquetes a Vapor, Davidson e demais oficinas de Campos, localizadas na província do Rio de Janeiro).

Dentre estes estabelecimentos de fundição e máquinas instalados na região Sudeste, o maior deles foi a Ponta da Areia. Fundada, em 1846, por Carlos Coleman & Cia, e logo depois comprada e ampliada por Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), a Ponta da Areia (localizada em Niterói, RJ) produzia, além dos navios a vapor e à vela, moendas, engenhos, laminadores, guinchos, guindastes, máquinas de engomar, pontas de ferro, canhões, fornos, canos de ferro, bombas auxiliares movidas

e vapor, caldeiras, diques flutuantes e botes. Para navios a vapor de grande porte, importaram-se máquinas inglesas, enquanto que para algumas embarcações menores algumas máquinas chegaram a ser produzidas no próprio estabelecimento.

Esta empresa, porém, começa a passar por momentos difíceis nos anos 1850. Além do incêndio que destruiu, em 24 de junho de 1857, quase todas as suas instalações, a Ponta da Areia voltava a sofrer uma enorme concorrência dos navios e artefatos de ferro importados, pois estas mercadorias passaram a ter ingresso no país livre de direitos alfandegários. Como a Ponta de Areia voltou a pagar direitos alfandegários sobre as matérias-primas que importava, e mais a entrada de capitais ingleses e norte-americanos nos ramos de saneamento básico, gás para iluminação e carris, após 1860, a Ponta de Areia perdeu muito da sua condição de competir com artefatos de ferro importados, entrando em colapso.

É interessante notar - também conforme nos mostrou Beauclair Mendes de Oliveira - que a implantação das estradas de ferro, ao invés de alavancar e melhorar o setor de fundição e máquinas, como aconteceu em países como a Inglaterra, França e Alemanha, aqui no Brasil aconteceu o contrário: a estrada de ferro criou uma crise para o setor de fundição e máquinas.

O setor de fundição e máquinas entrou em dificuldades porque as linhas férreas provocaram uma diminuição da navegação fluvial e costeira. E como até a primeira metade do século XIX existia uma profunda conexão entre fundição e construção naval, a crise que se abateu sobre a construção naval afetou diretamente a fundição. Além disso, as estradas de ferro também importavam a maior parte do material de que necessitavam. Sendo assim, o setor de transformação mais dinâmico e mais significativo daquele período - a fundição e construção naval - não experimentou qualquer desenvolvimento, principalmente após 1860. Pelo contrário, este setor entrou em franca decadência.

Nesse período o Brasil não possuía a produção de bens de capital. Ou seja, não se conseguia produzir aqui bens que seriam utilizados como matérias-primas nas manufaturas. E estas manufaturas, por sua vez, produziram outros bens para serem consumidos: os bens de consumo duráveis e não duráveis. Não existia, então, um setor de produção capaz de ligar a base do engrandecimento econômico (o ferro, o aço e o carvão) aos demais setores

<sup>49</sup> Idem, p.6. (Os itálicos estão no original.)

<sup>50</sup> Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira, *A Pré-indústria fluminense; 1808/1860*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1987, mimeo., p. 330.

produtivos. Nesse momento, então, o Brasil não havia desenvolvido nenhum método de extração e transformação das matérias-primas, especialmente no que hoje se conhece como indústrias metalúrgicas e químicas.

Mesmo assim alguns dos estabelecimentos da indústria de fundição e trabalho de metais montaram-se com capital inicial de 100 a 200 contos de réis, como os de Bouchard Sobrinho, Francisco Candido da Costa, Francisco de Souza Ferreira, F. Hallier e Costa Ferreira & Comp., efetuando alguns deles obras importantes, quer para particulares, quer para o governo.

Muito numerosos eram então os funileiros que trabalhavam na Corte Imperial, onde existiam cerca de 30 em 1858, porém todos constituindo pequena indústria e estabelecimentos nas mesmas condições dos sapateiros daquela época.

Dentre os estabelecimentos fabricantes de materiais de construção deve-se mencionar, com maior importância do que as olarias, as caieiras que produziam excelente cal de marisco com o cascalho extraído na baía do Rio de Janeiro, então muito abundante dessa matéria-prima. As caieiras foram em geral fundadas em ilhas da mesma baía, pertencentes ao território do município neutro, a capital

Imperial naquela época. Seus produtos eram muito apreciados e encontravam aqui mercado seguro. Porém, já em fins de 1836, condenava-se a prática de queimar a cal de marisco, pois era esse modo o que mais empregava combustível, o mais custoso e o mais arriscado para a perda do produto. Conforme observara o Conde de Gestas:

“Reina nesta fabricação a rotina a mais pernicioso ao seu melhoramento, e mais crassa ignorancia; creio porém que a dificuldade, que já se encontra de achar lenhas nos lugares abundantes de mariscos, e outros motivos mais, apressarão o momento de receber esta industria os precisos melhoramentos.”<sup>51</sup>

Igualmente a indústria dos produtos químicos e extratos fluidos de plantas medicinais tinha já alguma importância naquele período, tanto na capital, como em outras cidades do Brasil.

A partir de um levantamento realizado pelo historiador Luiz Carlos Soares, a relação dos estabelecimentos manufatureiros (com número de empregados conhecidos) instalados na Corte e na Província do Rio de Janeiro nos anos de 1851 a 1857 era a seguinte:

Estabelecimento Corte	Ramo	Número de Operários Livres	Número de Operários Escravos	Total de Operários	Ano
1-Frederico Guilherme e Julien Charlemagne Usnar	Têxtil	20	---	20	1851
2-Antonio Gonçalves de Carvalho & Cia.	Calçados	---	---	120	1857
<b>Rio de Janeiro</b>					
1-Luiz Moran (“Fábrica” Santo Aleixo)	Têxtil	122	---	122	1852
2-Alfredo Sohier de Gand	Têxtil	--30	---	30	1853
3-João Marcos de Souza Vieira (“Fábrica” Carioclave)	Calçados	40	---	40	1853
4-Bines & Harvey	Gás líquido	----	---	20	1852
5-Robert (...)	Fundição e Máquinas	---7	--7	14	1852
6-Irineu Evangelista de Souza (Ponta da Areia)	Fundição e Máquinas	281	130*	411	1855
7-Luiz Augusto Schedel	Cerveja	5	---	5	1853
8-Jorge Kuntzes	Cerveja	5	---	5	1853
9-Imperial “Fábrica” de Pólvora	Pólvora	----	121	121	1853

(Fonte: Luiz Carlos Soares, *A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*, mimeo., p. 337.)

<sup>51</sup> *O Auxiliador da Industria da Nacional*. 5º Volume, nº 3, ano 5, 1837, p.83.

\* Pertenciam ao estabelecimento 85 escravos, sendo 45 alugados de particulares

Passando a estudar o desenvolvimento industrial no período que se estende de 1861 até 1889, ano da proclamação da república, em falta absoluta de estatísticas organizadas nesses 28 anos, pelo governo ou por particulares, o meio de investigação que naturalmente ocorre é o que oferecem os relatórios ministeriais e os dos presidentes de províncias (que por sua natureza são pontuais), bem como os das exposições nacionais que nesse intervalo de anos se realizaram no Rio de Janeiro, somando-se ainda a elas as presenças do Império brasileiro nas exposições universais de Paris, Viena e Filadélfia, ocorridas respectivamente em 1867, 1873 e 1876.

As primeiras exposições que durante aquele prazo se realizaram no Rio de Janeiro deram idéia muito incompleta do movimento industrial do país. Isso ocorria porque na maioria das vezes a decretação das exposições não se fazia com suficiente antecedência. A propaganda para a adesão dos expositores limitava-se aos convites por anúncios feitos nesta capital e nas províncias, onde alguns presidentes mostravam interesse pela exposição industrial, outros ficavam indiferentes, mas nenhum procedia a uma propaganda metódica, perseverante e capaz de seduzir os proprietários de fábricas a prepararem-se com antecedência para participarem do grande concurso que eram as exposições industriais.

Por sua vez, os fabricantes não viam compensação alguma em ter de sacrificar-se para concorrer, visto que as exposições nacionais se efetuavam unicamente como preparatórias para a escolha de produtos que deveriam figurar nas exposições internacionais, a realizarem-se pouco depois em outro país; de sorte que os produtores brasileiros, que não podiam contar com a admiração nem com a freguesia de países estrangeiros, industrialmente

mais adiantados que o Brasil, tinham, na verdade, bem pouco estímulo em tomar parte nas mencionadas exposições.

Conforme avaliava Joaquim Manoel de Macedo no relatório do júri da exposição de 1873, “no Brasil ainda não houve exposição Nacional (...)”.

“A exposição de 1861 (preparatória da de Londres, e que foi inaugurada a 2 de dezembro d’esse anno no edificio da Escola Central, hoje Polytechnica) teve por si o condão da prioridade, as cruezas do ensaio, o encanto da novidade no paiz; foi, porem relativamente pobre, e abundou em productos de trabalho não industrial e em obras de phantasia, que foram, mais ou menos, hospedes um pouco impertinentes.

A de 1865 (preparatoria da de Paris, installada na Casa da Moeda e aberta em 19 de outubro) foi muito mais rica e numerosa do que a precedente; ainda, porem, concorreram a ella objectos que engrinaldaram as salas, enfeitaram mostradores, mas ficaram estranhos á natureza do espetaculo.

*A terceira Exposição Nacional (preparatoria da de Vienna e inaugurada em em 1º de janeiro de 1875 na Escola Central) menos jactanciosa, foi de todas a mais verdadeira, e quase que exclusivamente industrial.*”<sup>52</sup>

Tendo em mente essas ressalvas, nas exposições de 1861, 1866, 1873, 1875, 1881 e 1889 fizeram parte delas as seguintes representações da indústria fabril localizadas na Corte Imperial:

<b>Indústria</b>	<b>1861</b>	<b>1866</b>	<b>1873</b>	<b>1875</b>	<b>1881</b>	<b>1889</b>	<b>Total</b>
Azeite, Óleos etc	3	1	1	-	2	-	7
Bebidas alcoólicas	3	4	2	5	9	7	30
Bilhares	--	--	--	2	2	--	4
Cerveja	1	4	--	1	5	1	12
Chapéus de pêlo etc.	5	9	10	5	8	1	38
Chapéus de sol	--	--	--	--	1	--	1
Chocolate	2	1	3	3	2	2	13
Conservas alimentares	2	4	--	--	5	--	11
Couros e peles	11	4	11	9	11	4	50
Cola	--	--	1	1	--	1	3
Construções navais	--	--	--	--	1	--	1
Doces cristalizados	--	--	1	2	9	--	12

<sup>52</sup> Prefeitura do Districto Federal. *Noticia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Districto Federal e sua situação actual. op. cit.*, pp. 27-8.

<b>Indústria</b>	<b>1861</b>	<b>1866</b>	<b>1873</b>	<b>1875</b>	<b>1881</b>	<b>1889</b>	<b>Total</b>
Encadernação etc.	3	4	1	3	3	1	15
Fundição, máquinas etc.	10	5	3	3	29	2	52
Formas para calçado	--	1	1	--	--	--	2
Flores artificiais	--	--	1	--	--	1	2
Instrumentos de música	--	--	2	3	2	1	8
Jóias	1	--	1	1	1	--	4
Ladrilhos hidráulicos	--	1	--	--	--	--	1
Louça de barro	--	--	1	3	4	2	10
Limonadas gasosas	--	1	1	1	--	--	3
Luvas	--	--	--	1	2	--	3
Móveis de madeira	3	--	1	5	13	6	28
Massas alimentares	--	1	--	1	3	--	5
Material de transporte	--	--	--	--	2	--	2
Oleados	1	--	--	--	--	--	1
Papéis pintados	1	1	1	--	2	1	6
Produtos químicos	3	10	3	4	24	5	49
Produtos de cordoalha	--	2	--	--	--	--	2
Produtos de fumo	--	9	4	6	10	7	35
Perfumaria	--	--	--	--	2	1	3
Passamanaria	--	--	--	--	--	1	1
Roupa branca	--	--	--	--	7	--	7
Sabão de velas	8	7	1	4	7	1	28
Seda	1	--	--	--	--	--	-
Tamancos	--	--	--	--	2	--	2
Tecidos de algodão	2	--	--	--	2	--	4
Tintas para escrever	--	--	2	2	4	3	11
Vernizes	--	1	--	1	1	1	4
Vinagre	2	3	1	1	3	1	11
Vidros	1	1	--	--	--	1	3

(Fonte: Prefeitura do Distrito Federal. *Notícia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Distrito Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuida durante a Exposição Nacional de 1908.* Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908, p. 59.)

Apesar do pequeno número de estabelecimentos industriais da Capital do Império presentes nas seis exposições nacionais, observa-se que foi o concurso deles

sempre muito superior ao de qualquer das províncias, como se vê do quadro que segue:

#### REPRESENTAÇÃO DA INDÚSTRIA FABRIL DE TODO O BRASIL NAS DIVERSAS EXPOSIÇÕES NACIONAIS

<b>PROVÍNCIAS</b>	<b>1861</b>	<b>1866</b>	<b>1873</b>	<b>1875</b>	<b>1881</b>	<b>1889</b>	<b>TOTAL</b>
Amazonas	-----	7	----	7	1	----	15
Pará	1	10	2	17	-----	8	38
Maranhão	-----	10	3	7	3	2	25
Piauí	-----	1	-----	----	----	----	1
Ceará	34	16	2	39	----	14	105
Rio Grande do Norte	-----	4	-----	8	----	----	18
Paraíba	-----	-----	4	----	----	----	4
Pernambuco	3	17	9	40	27	79	175
Alagoas	-----	-----	-----	21	16	----	37

PROVÍNCIAS	1861	1866	1873	1875	1881	1889	TOTAL
Sergipe	-----	2	-----	2	4	2	10
Bahia	7	12	6	40	6	15	86
Espírito Santo	2	1	-----	----	4	7	14
Rio de Janeiro	19	16	12	46	41	14	148
Município Neutro	63	73	53	67	178	51	485
São Paulo	7	8	8	60	18	9	110
Paraná	2	9	4	94	11	6	126
Santa Catarina	4	11	1	28	2	13	59
Rio Grande do Sul	6	34	14	80	97	19	250
Minas Gerais	13	9	10	28	41	35	136
Goiás	----	-----	2	17	----	----	19
Mato Grosso	2	-----	----	4	----	----	6
Soma	163	240	449	605	130	274	1861

(Fonte: Prefeitura do Distrito Federal. *Notícia sobre o desenvolvimento da industria fabril no Distrito Federal e sua situação actual. Publicada para ser distribuída durante a Exposição Nacional de 1908.* Milano, Tipografia Fratelli Treves, 1908, p. 60.)

Como pode ser observado no quadro acima, a exposição de 1881 teve o mérito da maior concorrência da indústria fabril do Município Neutro quando comparada com as exposições existentes de 1861 até 1889. Embora relativamente rica de expositores, sabiam todos os que haviam feito algum estudo do desenvolvimento fabril na Capital que o número de fábricas representadas na Exposição era bastante inferior ao da existentes. Esta observação tornou sensível a necessidade de organizar-se a estatística industrial do Brasil

A idéia foi aceita pelo Governo e, por aviso de 15 de dezembro de 1881, o Conselheiro José Antonio Saraiva, então Ministro da Fazenda, nomeava, para levá-la a efeito, uma Comissão de inquérito industrial composto de três membros.

Reconhecendo que não era possível fazer o trabalho de pronto, para todo o Império, deliberou a Comissão realizá-la em relação à cidade do Rio de Janeiro, aproveitando para isso a cooperação dos industriais de boa vontade, que concorreram à Exposição.

A Comissão distribuiu um questionário, visitou estabelecimentos, ouviu fabricantes, mas apesar de todo o seu esforço só conseguiu informações precisas, posto que incompletas, acerca das seguintes especialidades: fiação e tecelagem de algodão; móveis e obras de marcenaria; chapéus de pêlo etc.; calçado, selins; arreios, malas etc. e fundição e trabalho sobre metais.

As fábricas de tecidos de algodão existentes nessa época na Capital eram 4, a saber: Fábrica *Santa Rita*, de

Hargreaves & Irmãos, fundada em 1877, com 700 fusos e 5 teares, 100 operários e motor a vapor de 50 cavalos. Sua produção anual era de 350.000 metros de riscados de algodão lisos e entrançados.

*Fabrica de São Lazaro*, estabelecida em 1878 por J. M. Teixeira de Azevedo, na praia dos Lázarus, com 21 teares, sendo 9 para meias. Mantinha em serviço 70 operários.

*Fabrica Rink*, fundada em 1879. Possuía 110 teares acionados por um motor a vapor de 50 cavalos. Ocupava 150 operários que produziam anualmente 1.500.000 metros de riscados lisos e entrelaçados, brins e cassinetas.

*Fabrica Alliança*, instalada na rua das Laranjeiras, em 1880, pela firma Laranja, Silva & Wittaker, com 3.000 fusos, 16 engenhos de cardar e todas as máquinas de fiação. Possuía 100 teares, motor a vapor de 320 cavalos e máquinas aperfeiçoadas de preparo de tecidos. Ocupava 210 operários e produzia 2.000.000 metros de tecidos de algodão variados.

Como pode ser observado, naquele período a indústria manufatureira do algodão tinha uma organização fraca, pois não ocupava senão 530 operários e produzia cerca de 4.500.000 metros de tecidos.

Ainda com relação à situação da indústria manufatureira têxtil no Município neutro e na província do Rio de Janeiro em 1882, o historiador Luiz Carlos Soares construiu a tabela a seguir com os seguintes dados:

Nome do Estabelecimento	Proprietário	Ano de Fundação	Local	Potência do Motor Hidráulico em (c.v.)	Potência do Motor a Vapor em (c.v.)	Teares	Fusos	Metros de Tecidos produzidos por ano	Número de Operários
1. Santo Aleixo	José Antonio de Araújo Filgueiras	1849	Magé	50	--	160	7.000	1.800.000	130
2. Santa Thereza	Souza & Cia.	1866	Parati	10	--	30	432	500.000	47
3. Brazil Industrial	S.A. Presidida pelo Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno	1872	Macacos	350	240	450	20.000	3.800.000	400
4. São Pedro de Alcantara	Dr. Bernardo Xavier Rabello e Joaquim T. De Valença	1874	Petrópolis	--	50	50	3.200	1.200.000	130
5. Petropolitana	S.A. Presidida por Bernardo Caymari	1874	Petrópolis	120	--	108	5.500	1.500.000	200
6. Santa Rita	Henrique Eduardo Hargreaves & Irmãos	1878	Corte	--	25	50	700	350.000	100
7. Pau Grande	Santos Peixoto & Cia.	1878	Rais da Serra	50	--	60	1.200	500.000	150
8. São Lázaro	J. M. Teixeira de Azevedo	1878	Corte	--	...	19	...	...	70
9. Rink	...	1879	Corte	--	30	110	...	1.500.00	130
10. Alliança	Laranja, Silva & Wittaker	1880	Corte	--	320	100	3.600	2.000.000	210
11. Niterói	Cassão, Barros & Cia.	1882	Niterói	--	45	100	2.200	...	...

(Fonte: Luiz Carlos SOARES, *A Manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*, mimeo., p. 285.)

Os estabelecimentos que fabricavam móveis eram 24 e neles trabalhavam 470 operários. O capital declarado era de 460:000\$ (quatrocentos contos de réis), mas preenchidas as lacunas podia-se calcular em 500:000\$ (quinhentos contos de réis) aproximadamente. A força dos motores não excedia de 30 cavalos vapor. A produção de 8 destas fábricas era anualmente de 940:000\$ (novecentos e quarenta contos de réis). A produção das 24 fábricas se calculava em 1.600:000\$ (um mil e seiscentos contos de réis) aproximadamente.

A Comissão de inquérito apurou mais a existência de 80 pequenas oficinas de marcenaria, todas de trabalho

manual e representando o capital de 240:000\$ (duzentos e quarenta contos de réis) sendo de 790 o número de operários nas 104 fábricas e oficinas mencionadas. Na quase totalidade as madeiras empregadas eram nacionais (jacarandá, vinhático, peroba, canela, cedro, pequiá marfim, pau rosa etc.). Também nacionais eram o álcool, a cola e algumas outras matérias-primas.

Das fábricas de móveis a mais importante na época, era a de Moreira Santos & Comp., situada na época à rua Senador Pompeu. A situação de 11 dos 104 estabelecimentos manufatureiros de móveis existentes na Corte Imperial em 1882 era a seguinte:

Na fabricação de calçados ocupavam-se seis grandes fábricas e 117 pequenas oficinas, de 2 a 6 operários

cada uma. Quanto às primeiras, eis aqui os dados estatísticos que permitem avaliar a sua situação:

Estabelecimento	Potência do Motor (cv)	Valor Produzido Anualmente	Nº de Operários	Observações
1. Moreira Santos & Cia.	6	550 mil-réis	200	Fundado em 1850 por José de Oliveira. Em 1852 passou a Francisco José Moreira; em 1857 a Francisco José Moreira & Irmãos; em 1864 de novo a Francisco José Moreira; em 1870 a Francisco José Moreira & Cia.; em 1877 a Moreira Santos & Cia.
2. Manoel Monteiro Bentim & Irmãos	Não possuía	...	12	Fundado em 1870 por Manoel Monteiro Bentim. Em 1873 passou a Manoel Monteiro & Couto; em 1874 voltou a Manoel Monteiro Bentim; e em 1877 passou a Manoel Monteiro Bentim & Irmãos.
3. Corrêa & Cia.	Não possuía	...	14	Fundado em 1873 por João da Silva Souza & Corrêa, passando em 1880 a Corrêa & Cia.
4. Manoel José Martins	8	100 mil-réis	67	Fundada em 1869 pelo mesmo proprietário.
5. Antonio Honorato de Santa Rosa	Não possuía	...	11	Fundado em 1879.
6. João José Ventura	Não possuía	...	18	Fundado em 1875 por F. A. Amado & João José Venturas, passando em 1876 para João José Ventura.
7. Alfredo Julio Lopes	Não possuía	...	10	Fundado em 1873 pelo mesmo proprietário.
8. Augusto José Leite	4	...	15	Fundado em 1878.
9. Francisco Carlos da Silva Jatahy	Não possuía	...	15	Fundado em 1878.
10. Joaquim Lapa de Oliveira	Idem	...	30	Fundado pelo mesmo proprietário.
11. José Pinto Teixeira	Idem	...	15	Fundado em 1858 por Bento F. da Costa Guimarães, passando em 1867 a Manoel Passos Lago e em 1879 a José Pinto Teixeira.
Totais	18	...	407	

(Fonte: Relatório apresentado à S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, pp. 98-9.)

Na fabricação de calçados ocupavam-se seis grandes fábricas e 117 pequenas oficinas, de 2 a 6 operários

cada uma. Quanto às primeiras, eis aqui os dados estatísticos que permitem avaliar a sua situação:

Número de fábricas .....	6
Capital .....	433:000\$
Número de operários .....	825
Valor da produção anual .....	1.994:000\$
Valor das matérias-primas .....	918:000\$
Salários pagos (anual) .....	612:000\$
Pares de calçados fabricados .....	332.000
Número de máquinas .....	95
Força, em cavalos vapor .....	11

A situação desses 6 mais importantes estabelecimentos manufatureiros de calçados instalados na Corte Imperial em 1882 era a seguinte:

Estabelecimento	Potência do Motor (cv)	Quantidade de pares de sapatos produzidos anualmente	Nº de Operários	Observações
1. Antonio Gonçalves de Carvalho & Cia.	Não possuía	70.000	197	Fundado em 1857 pelos mesmos proprietários.
2. Romualdo Carvalho & Cia.	Idem	70.000	180	Fundado em 1879.
3. José Joaquim Dias	Idem	40.000	150	Fundado em 1873.
4. João A. Gonçalves de Machado	Idem	3.400	10	Fundado em 1876.
5. Moura & Peixoto	3	48.000	60	Fundado em 1873 por A. A. Nonet, passando depois a Moura & Peixoto.
6. Chathiard & Alaphilippe	8	317.000*	243	Fundado em 1870.
Totais	11	548.400	840	

(Fonte: *Relatório apresentado à S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, pp. 112-3.)

O valor da produção das 117 pequenas oficinas era, segundo o cálculo da Comissão, de 600:000\$ (seiscentos contos de réis), e o número de operários de 468, sendo 25% aprendizes. O trabalho nestas pequenas oficinas se fazia exclusivamente à mão.

Como se vê na tabela acima, as maiores fábricas de calçados que funcionavam na Corte Imperial eram a de Antonio Gonçalves de Carvalho & Comp., localizada à rua

da Alfândega, e a de Chathiard & Alaphilippe, à rua da Assembléia.

Em 1877, esta fábrica de sapatos dava empregos a 100 operários, que produziam botinas através de força motriz a vapor e manipulavam objetos de couro para o serviço militar. Mesmo assim, no *Auxiliador da Indústria Nacional* informava-se que esse estabelecimento do Sr. Chathiard

\* A especificação do número de pares de sapatos produzidos era diária, 1.000 aproximadamente, e não por ano. O cálculo foi feito multiplicando-se a capacidade de produção diária por 317 dias úteis anualmente, excetuando-se somente os domingos.

“tem sempre lutado para poder sustentar-se, por lhe faltar quasi sempre trabalho, sendo aliás obrigada a conservar todo o pessoal, porque no Rio de Janeiro não se dá o mesmo que em algumas cidades da Europa, nas quaes quando ha carencia de trabalho despedem-se todos os empregados que logo apparecem desde que se tornão necessarios.

*Esta industria, pois, apesar de ser uma das mais bem estabelecidas no Brazil, não póde ainda dispensar a protecção, porque o elemento estrangeiro lhe faz concorrência muito prejudicial: entretanto a commissão revisora de 1875 entendeu dever abaixar os direitos de sorte que as botinas até 22 c/m, que pagavão 600 réis o par, pagão hoje [1877] 500 réis; as de mais de 22 c/m, que pagavão 1\$800 réis, pagão hoje 1\$600 réis; os sapatos até 22 c/m, que pagavão 400 réis, pagão 360 réis, e os demais de 22 c/m de 800 réis passarão a pagar 700 réis; e assim outros.”<sup>53</sup>*

Era idéia partilhada por muitos de que difficilmente podia progredir a indústria de calçados em consequência

da insignificância dos direitos aduaneiros. No exercício de 1878-9, por exemplo, os direitos de entrada sobre 1.364.276 pares de calçados, importados pelo porto do Rio de Janeiro, foram de 892:201\$ ou 630 réis por par.

Unicamente 25% dos couros, peles e solas que se empregaram na fabricação eram de produção nacional. Reclamava-se no período que a indústria do curtume não podia progredir desde que a principal aplicação que poderiam ter seus produtos era restringida pela facilidade concedida à importação do calçado estrangeiro.

Os estabelecimentos que fabricavam outros artefatos de couro (selins, arreios, malas, bolsas etc.), elevaram-se a 29. Os poucos que se prestaram a fornecer dados estatísticos à Comissão acusaram um capital de 107:000\$, uma produção de 503:000\$, e um pessoal de 114 operários, o que representava apenas, segundo os cálculos feitos na época, pouco mais de 1/3 da realidade.

A situação dos estabelecimentos manufatureiros de selins, arreios e malas mais importantes localizados na Corte Imperial em 1882 era a seguinte:

Estabelecimento	Potência do Motor a vapor (cv)	Valor Produzido Anualmente	Nº de Operários	Observações
1. H. G. Nocken	Não possuía	80.000\$000	16	Fundado em 1879.
2. Guimarães & Silva	Idem	40.000\$000	11	Fundado em 1881.
3. AntonioGonçalves Marinho	Idem	60.000\$000	10	Fundado em 1845.
4. Antonio Ferreira Alves de Souza	Idem	60.000\$000	15	Fundado em 1867.
5. Lopes Guimarães & Cia.	Idem	36.000\$000	10	Fundado em 1874.
6. Fernando Gomes & Cia.	Idem	80.000\$000	16	Fundado em 1878.
7. Francisco José Corrêa de Araújo	Idem	20.000\$000	6	Fundado em 1854.
8. João de Mattos Guimarães	Idem	32.000\$000	7	Fundado em 1859.
Totais	---	408.000\$000	91	

(Fonte: *Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Commissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, pp. 124-5.)

Outra indústria cujas condições de existência a Comissão estudou foi a dos chapéus de pêlo, feltro, palha etc.

Conforme já vimos, foi esta uma das indústrias que mais cedo se fundaram e tomaram desenvolvimento no país. O relatório da Exposição Nacional de 1866 menciona 21 fábricas que naquela época existiam na Capital do

Império, ocupando 460 operários e produzindo 408.000 chapéus, no valor de 1.575:000\$ (um mil e quinhentos e setenta e cinco contos de réis). A maior destas fábricas era a de Costa Braga & C.<sup>a</sup>, com 80 operários. Entretanto quase todos os produtos se vendiam com rótulos de supostas fábricas estrangeiras, porque assim o exigia o comércio.

<sup>53</sup> *O Auxiliador da Indústria da Nacional*, N° 4, abril de 1877, p. 162.

Mas, de 1866 a 1881, passou a indústria de chapéus por uma grande transformação. Muitos dos estabelecimentos existentes substituíram o trabalho manual pelo mecânico e introduziram as mais aperfeiçoadas máquinas inventadas na Europa. Alguns dos que resistiram, por falta de capitais ou espírito de rotina, contra a mudança dos meios de produção imposta pela competição viram-se forçados a liquidar.

Outra perturbação ocorreu ainda na indústria no referido período de 1866 a 1881. A indústria estrangeira

aperfeiçoou consideravelmente a fabricação dos chapéus de lã que, por serem de custo muito inferior aos de pêlo de lebre que aqui se fabricavam na mais larga escala, puderam fazer-lhes concorrência ruínosa durante alguns anos, até que os industriais do Rio de Janeiro se habilitaram à nova fabricação.

A Comissão de inquérito de 1881 apurou na cidade do Rio de Janeiro 7 fábricas de chapéus de pelúcia de seda e 15 de chapéus de feltro de lã, sendo em conjunto os elementos estatísticos destas últimas:

Número de fábricas .....	15
Capital .....	206:000\$
Operários .....	680
Número de máquinas .....	209
Força em cavalos vapor .....	115
Valor da matéria-prima .....	801:000\$
Número de chapéus fabricados .....	726.000
Valor da Produção .....	1.815:000\$

A situação de 9 estabelecimentos manufatureiros de chapéus de feltro existentes na Corte Imperial em 1882 era a seguinte:

Estabelecimento	Potência Do Motor A vapor (cv)	Quantidade De Chapéus Produzidos Anualmente	Nº de Operários	Observações
1. Fernandes Braga & Cia.	12	57.025	63	Fundado em 1857 por Felipe Corrêa de Mesquita Borges, passando em 1858 a Fernandes Braga.
2. Ferreira da Silva & Ave	2	20.000	23	Fundado em 1867 por Costa & Guimarães, passando em 1870 a Julio da Costa & Cia. e em 1877 a Ferreira da Silva & Ave.
3. Arcos & Castro	Não possuía	12.000	14	Fundado em 1854 por Castro & Vianna e em 1861 passou a Arcos & Castro.
4. Souza Machado & Cia.	6	50.000	46	Em 1870 pertencia a João de Lemos Pinheiro & Cia., passando em 1871 a Almeida Magalhães & Machado e em 1877 a Souza Machado & Cia.
5. Henrique, Irmãos & Moreira	12	40.000	35	Fundado em 1854 por José Alvares.
6. Braga Costa & Cia.	20	96.000	101	Fundado em 1860 pelos mesmos proprietários.

Estabelecimento	Potência Do Motor A vapor (cv)	Quantidade De Chapéus Produzidos Anualmente	Nº de Operários	Observações
7. Ferreira Chaves & Cia.	8	60.000	56	Fundado em 1869 por Pereira, Chaves & Antunes, passando nos 1870 a Ferreira Chaves & Cia..
8. Barros Taveira & Torres	8	152.100	113	Fundado em 1847 por Bernardes.& Raythe, passando em 1872 a Barros Taveira, Cardoso & Cia. e em 1877 a Barros Taveira & Torres.
9. Costa Braga, Irmãos & Cia.	12	60.000	60	Fundado em 1842 por Braga & Rocha. Em 1857 passou a Braga, Rocha & Irmãos; em 1860 a Francisco José da Costa Braga & Cia.; e em 1881 a Costa Braga, Irmão & Cia.
Totais	80	547.125	511	

(Fonte: *Relatorio apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, pp. 78-9.)

Em meados do século XIX, as fundições e oficinas de trabalho de metais tornaram-se a principal indústria brasileira pelo número de operários e a soma de capitais aplicados à sua exploração.

Como todos os ramos das indústrias extrativa, agrícola, fabril e o dos transportes dependiam da indústria metalúrgica que lhes fornece ferramentas, aparelhos, materiais variados, e o grande peso e volume dos artigos, desde tempo remoto as fundições e oficinas de trabalho de metais tinham começado a se instalar, quer na cidade do Rio de Janeiro, quer em diversos pontos do interior do país.

No mesmo sentido, como o grande peso e volume dos artigos dessa indústria encarecia o frete e dificultava o abastecimento por fábricas estrangeiras, durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, como a navegação marítima era ainda escassa, morosa e dispendiosa; sendo também difícil o transporte por terra, para o interior do país, por falta de boas estradas, e havendo em Minas Gerais e São Paulo abundantes jazidas de excelente minério, desde cedo iniciou-se nessas duas províncias do Brasil a indústria metalúrgica.

Mais tarde, quando se facilitaram os transportes, foram as fábricas nacionais favorecidas pelo governo com a isenção de direitos de importação para determinadas quantidades de matérias-primas de procedência estrangeira, arbitradas pelo Tesouro Nacional, mediante informações prestadas pelos fabricantes interessados.

A fábrica de ferro de S. João de Ipanema que se fundou em São Paulo para explorar o minério ali existente, foi organizada em 1819. Mais ou menos por esta época instalaram-se estabelecimentos idênticos no Morro do Pilar e em Congonhas, para trabalhar em minérios da região de Minas Gerais. Também na Bahia instalou-se em 1817 a denominada *Fabrica do Cabrito*, que fez importantes trabalhos de fundição de ferro e de cobre. No Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento do gênero que se fundou foi o de Theodoro de Macedo Freire em 1815.

Depois da Independência do Império e especialmente depois de 1835 espalharam-se por todas as províncias, em grande número, as fundições e as oficinas de serralheiros, ferreiros e caldeiros que trabalhavam em metais, posto que, pela maior parte, a execução do trabalho fosse normal.

Em 1853, a comissão incumbida da revisão da tarifa aduaneira de 1844 acentuava o estado de prosperidade da indústria dos metais no Brasil, mencionando diversos estabelecimentos importantes, entre os quais o de Irineu Evangelista de Souza na Ponta da Areia (Niterói), o de A. Davidson em Campos, mais três na Bahia, dois em Pernambuco e 16 em Minas Gerais, sendo que destes o mais importante era o do município de Santa Bárbara, pertencente a Monlevade e onde trabalhavam mais de 200 operários.

Além disso, o relatório da mencionada comissão acusava a existência na cidade do Rio de Janeiro

de 46 fundições e oficinas de ferreiro e serralheiro e mais 18 oficinas de maquinistas e trabalho de bombeiro.

De 1853 por diante não só continuou o desenvolvimento das fundições e oficinas dos particulares, como também se ampliaram ou inauguraram os importantes estabelecimentos metalúrgicos da Estrada de Ferro D. Pedro II, Arsenais de Marinha e de Guerra e Obras

Hidráulicas da Alfândega, todos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo estatística apurada pela comissão de inquérito, a situação das nove principais estabelecimentos de fundição e trabalho de metais existentes em 1881 na Corte Imperial era a seguinte:

Estabelecimento	Potência Do Motor A vapor (cv)	Capital	Nº de Operários	Observações
1. Francisco de Souza Ferreira	1	160.000\$	---	Fundado em 1848.
2. Francisco Candido da Costa & Cia.	6	150.000\$	60	Fundado em 1851 por Francisco Candido da Costa, passando em 1880 a Francisco Candido da Costa & Cia.
3. E. Bouchard, Sobrinho & Cia.	---	200.000\$	35	Fundado em 1849.
4. Costa Ferreira & Cia.	10	120.000\$	46	Fundado em 1841 por Miguel Couto dos Santos, passando a Costa Ferreira & Cia. em 1876.
5. Henri Delforge	10	180.000\$	48	Fundado em 1871.
6. Francisco Luiz Hallier	12	----	50	Surgiu como estabelecimento de grande porte nos anos 1860 com o nome de Hallier, Irmãos & Marinho, passando a Francisco Luiz Hallier nos anos 1870
7. Hargreaves & Irmãos	30	100.000\$	212	Fundado em 1859.
8. Oficina Mecânica Industrial	20	400.000\$	140	Fundado em 1849.
9. Frederico Vierling & Cia.	20	150.000\$	85	Fundado em 1870.

(Fonte: Relatório apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial. Vol. 1. RJ, Typographia Nacional, 1882, p. 136.)

Além desses nove estabelecimentos, as oficinas de Antonio Gomes de Mattos & Cia, Kemp & Cia., Carlos Ferreira & Cia, Allegria & Cia e Arens Irmãos também figuravam entre os principais estabelecimentos de fundição e trabalhos de metal.

A estatística desse ramo industrial organizada em 1881 não ficou completa, em consequência de se terem

recusado alguns a fornecer esclarecimentos. Ainda assim, os elementos recolhidos foram numerosos e pode-se com grande aproximação resumir a situação da indústria metalúrgica da cidade do Rio de Janeiro naquela época com os seguintes dados estatísticos quase todos declarados e alguns calculados:

Número de estabelecimentos .....	34
Capital realizado .....	2.384:000\$
Número de operários .....	1.030
Valor da produção anual .....	10.200:000\$
Força motriz em cavalos vapor .....	350

Além disso, havia na Corte Imperial 13 oficinas de caldeiros, 29 de serralheiros e 2 de encanamentos de chumbo.

Tal era a situação dos principais ramos da indústria fabril até o ano de 1881. Quem se limitasse a apreciar a referida situação consultando o relatório da Exposição Nacional que se realizou em 11 de dezembro de 1888 no Campo de Marte, como preparatória da exposição universal de Paris, realizada em 1889, chegaria à conclusão que não houve nenhum progresso da indústria nacional nesses oito anos.

No entanto, não foi o que aconteceu. Nos anos de 1880 a 1890, ocorreu uma expansão da indústria brasileira – principalmente na Capital Federal da recém república. Dentre os numerosos fatores que contribuíram para dar maior impulso para o desenvolvimento da indústria fabril destacam-se os seguintes:

A) O aumento considerável das despesas públicas do país, que uma mudança radical do regime político sempre acarreta, obrigou o Poder Legislativo a aumentar os impostos e, por consequência, as taxas aduaneiras, que constituíam a principal fonte de rendas do país. A elevação dos direitos de entrada de vários produtos estrangeiros, foi em certos casos poderoso incentivo para a fundação de novos estabelecimentos industriais ou a ampliação dos preexistentes.

B) A baixa rápida e contínua do câmbio, durante muitos anos, a partir de 1880, atuando com muito mais força e prontidão sobre o custo, embalagem e frete dos

produtos importados, do que sobre os salários dos operários e outros gastos de fabricação no interior, produziu efeito análogo ao determinado pela elevação dos direitos de alfândega, restringindo no mercado do país a procura dos artigos estrangeiros, assim encarecidos, e alargando na mesma proporção o consumo dos similares nacionais.

C) As excessivas emissões bancárias, tão nocivas sob diversos pontos de vista, facilitaram entretanto o crédito a novas e antigas empresas, promovendo desta forma a instalação de numerosos estabelecimentos fabris e o aumento ou aperfeiçoamento do material de outros fundados anteriormente. E, se não há dúvida que a abundância do meio circulante e a facilidade do crédito ocasionaram especulações que reverteram em esbanjamento de capitais na montagem de indústrias inviáveis, não é menos certo que a abundância dos recursos disponíveis naquela época fez nascer ou incrementou grande número de fábricas que daí em diante prosperaram.

Sobre a questão – o quanto foi importante a tarifa alfandegária para o desenvolvimento industrial brasileiro? - é difícil de ser respondida porque há uma falta de estatísticas essenciais que nos possibilitem dar cabo à questão. No entanto, concordo com Eugene Ridings quando ele afirma que “*Parece razoável assumir que o desenvolvimento industrial do Brasil durante o século XIX teria sido menos significativo sob o regime de livre comércio*”.<sup>54</sup>

<sup>54</sup> Eugene RIDINGS, *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge University Press, 1994, p. 230.

